



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL**

**ESTER SENNA MONTEIRO DE FARIAS**

**DISCURSOS SOBRE O VIVIDO NO TRABALHO  
DOMÉSTICO REMUNERADO: UMA ANÁLISE A PARTIR  
DE PESQUISAS EMPÍRICAS REALIZADAS NO BRASIL**

**Prof. Dra. CIRLENE DE SOUZA CHRISTO**

Rio de Janeiro  
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL**

**ESTER SENNA MONTEIRO DE FARIAS**

**DISCURSOS SOBRE O VIVIDO NO TRABALHO  
DOMÉSTICO REMUNERADO: UMA ANÁLISE A PARTIR  
DE PESQUISAS EMPÍRICAS REALIZADAS NO BRASIL**

Monografia apresentada  
como trabalho de conclusão de  
curso ao Instituto de Psicologia da  
Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como requisito parcial para  
a colação na formação de  
Psicólogo.

**Prof. Dra. CIRLENE DE SOUZA CHRISTO**

Rio de Janeiro

2019

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo impulso,

À meu amor por todo o apoio,

Às famílias outras que me adotaram na escalada,

Aos meus amigos pelo afago e inculcações,

À professora pelo acolhimento e direção.

“O presente não é um passado em potência, ele é o momento  
da escolha e da ação.”  
(Simone de Beauvoir)

## RESUMO

Partindo da contextualização e compreensão de uma sociedade culturalmente patriarcal, escravocrata e contemporaneamente desigual, e passando por conceitos da divisão sexual do trabalho, interseccionalidade e consubstancialidade das relações de classe, gênero e raça, contextualiza-se o campo do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Tomando-o também como uma atividade implicada e subjetiva, mobilizam-se os conceitos de trabalho e a noção de ressentimento para discutir a condição social de empregada doméstica e seus atravessamentos na percepção das trabalhadoras. Realizou-se um estudo teórico e de revisão da literatura científica, privilegiando pesquisas qualitativas que apresentassem análise dos discursos de trabalhadoras domésticas sobre seus cotidianos e experiência no trabalhar. Evidenciamos percepções ambíguas, entre valor e desvalor com relação ao outro, sobre a condição de ser doméstica e a flexibilidade possível dentro do campo do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico remunerado; Trabalho e subjetividade; Divisão sexual do trabalho; Interseccionalidade; Consubstancialidade;

## **ABSTRACT**

Starting from the contextualization and understanding of a patriarchal, slave culture, and contemporary unequal society, passing through concepts of the sexual division of labor, intersexuality and consubstantiality of relations, to the field of paid domestic work in Brazil. Taking the labor as an implied and subjective activity, it mobilizes the concepts of work and the notion of resentment to discuss the social condition of domestic labor and its crossings in the perception of the workers. This is a theoretical study and review of the scientific literature, favoring qualitative researches that presented analysis of the discourses of domestic workers on their daily lives and experience in working. Was seen ambiguous perceptions between value and depreciation relative to the other, about the condition of being domestic and the possible flexibility within the field of work.

**Keywords:** Paid domestic labor; Work and subjectivity; Sexual division of labor; Intersectionality; Consubstantiality

## SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Contexto histórico	11
2.1 Construções sociais e o humano	11
2.2 Dominação patriarcal, heranças escravocratas e contextos de pós-emancipação	14
2.3 Trabalho doméstico remunerado no Brasil	21
3 Conceitos Chave	28
3.1 Essência feminina e a divisão sexual do trabalho	28
3.2 Consustancialidade e interseccionalidade	35
3.3 Trabalho e subjetividade	40
4 Metodologia	46
5 Análises dos discursos sobre o vivido por trabalhadoras domésticas	48
5.1 Relatos com relação à atividade	49
5.2 Relatos com relação ao outro	51
5.3 Relatos sobre a condição de ser doméstica	57
5.4 Relatos sobre a flexibilidade do campo	60
6 Considerações finais	64
7 Referências bibliográficas	68

## 1. INTRODUÇÃO

A desvalorização do trabalho doméstico remunerado no Brasil é o fato impulsionador deste trabalho, pois, julga-se um trabalho de fácil execução e sem muito valor financeiro pelo senso comum, paralelamente, é responsável em estimativas de 2007 por cerca de 12,7% do Produto Interno Bruto brasileiro (CORONEL, 2010), sendo indispensável para a manutenção da economia familiar brasileira e por vezes, porta de entrada de mulheres, principalmente negras no mercado de trabalho (HENRIQUES, 2017).

A universidade elitizada por tanto tempo, abriu as portas recentemente para as “classes esquecidas”. E é com esse intuito que, se demonstra a importância de abordar temas atuais até então pouco explorados em âmbito acadêmico: mulheres, desigualdades de classe, desigualdades de raça, sexismo e racismo, que, por nossas análises, interseccionam o campo do trabalho doméstico no Brasil.

De acordo com o Relatório de 2007 realizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria de Brasília, as trabalhadoras domésticas de todas as categorias somavam mais que 9 milhões e meio de mulheres no Brasil. Em 2014, o número de mulheres negras no Brasil lotadas nos serviços domésticos correspondia a cerca de 61% do campo, onde 48,9% possuíam, em geral, apenas o ensino fundamental incompleto (SILVA, ARAUJO, MOREIRA, BARROS, 2017). Em uma pesquisa realizada em 2004 pela Fundação Perseu Abramo com cerca de 2.502 mulheres locadas no trabalho doméstico remunerado, 18% não possuíam o segundo grau completo e 82% não estudaram ou chegaram apenas ao ensino fundamental (PAULA, 2012). Esses dados sinalizam que é uma atividade majoritariamente desempenhada por mulheres, principalmente por não brancas e que configuram uma condição de baixa qualificação escolar, como é um retrato de toda a classe pobre do país (SILVA, ARAUJO, MOREIRA, BARROS, 2017).

Falar sobre o trabalho doméstico no Brasil pode elucidar questões que vão para dele, que nos levam à dominação masculina, ao patriarcado, à falta de direitos e visibilidade da mulher, à desvalorização do trabalho doméstico



e suas raízes em solos racistas. Dar voz a essas questões pode direcionar um estranhamento para pensarmos o lugar da mulher pobre e negra na contemporaneidade, a saúde da trabalhadora doméstica e as percepções subjetivas de seu campo de trabalho. Como nos instiga Ferreira (2017, p. 241), interrogar as histórias secretas desses silêncios torna-se, assim, questão de morte e de vida.

Este trabalho tem como objetivos contextualizar o campo do trabalho doméstico remunerado no Brasil com olhares voltados para as questões de gênero, classe e raça. Com um olhar do trabalho como uma atividade implicada e subjetiva da ação humana, pretende-se, a partir da análise dos resultados de pesquisas empíricas sobre o tema no Brasil que privilegiam o discurso do vivido por trabalhadoras domésticas, nos aproximar dos constrangimentos vividos no cotidiano de seu trabalho, assim como das gestões que fazem em suas atividades cotidianas em favor da vida e da saúde.

O texto está organizado em três partes: A primeira é uma contextualização histórica sobre o ser simbólico, e é fundamental a compreensão desta visão do humano para falarmos em seguida de suas construções e representações sociais, que abrem margem para uma interpretação histórica social demarcada por visões dominantes e reprodutoras de um certo modelo, onde iremos iluminar os solos contemporâneos por trilhos desiguais e de dominação patriarcal e racista.

Entendemos o humano como ser marcado por visões tradicionais do que é “ser humano”, principalmente do que é “ser mulher” e que lugares a mulher deve ocupar nesta sociedade que foi desenhada pela dominação. Assim, como também assinalar em que contextos pensamos se inscrever o campo do trabalho doméstico no Brasil, com a leitura de autores contemporâneos sobre o tema.

Abordaremos uma compreensão integrada de trabalho e subjetividade; por uma visão da atividade que assinala o campo do trabalho como uma forma não puramente natural da vida, mas, intensa de afetação com o outro e com o mundo. Acreditamos que a relação entre sujeito e trabalho é um

ponto fundamental da vida humana; onde o trabalho real implica diretamente em uma noção particular de existência, podendo evidenciar ou não, sofrimentos psíquicos a partir do cotidiano no trabalho, e principalmente a percepção de desigualdade nas relações.

Nos aproximaremos de conceitos para uma compreensão integrada do contexto histórico, das atribuições femininas e da divisão sexual do trabalho que nos levam para uma leitura do quadro atual do ofício realizado por mulheres. Nesse ponto abordaremos autoras que demarcam críticas ao “modelo essencial feminino” e análises sobre o trabalho de reprodução. Também caminharemos pelos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade das relações para melhor compreensão dos atravessamentos de raça, classe e gênero nas situações de desvantagem. Abordaremos também a noção de ressentimento na condição social de empregada doméstica, para um direcionamento que possa nos aproximar de aspectos subjetivos já analisados nesse labor.

Respaldados, então, com a noção do ser humano construído e construtor do social, da importância da noção de afetividade no trabalho e com a contextualização das desigualdades do campo do trabalho doméstico no Brasil e das noções analíticas acerca das desigualdades de gênero, classe e cor, abordaremos as análises dos discursos das trabalhadoras, por uma leitura implicada de autores estudados neste trabalho.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

### 2.1 Construções sociais e o humano

Em sua totalidade, os campos da psicologia tendem a definir o ser humano como diferente das outras espécies, estudiosos de diversas áreas defendem que esse diferencial se ancora no fato do ser humano não mais ser um ser natural, mas, ser um ser simbólico (CASSIRER, E. 1994). Não somos mais criações da natureza pura como seriam os outros animais, mas, que construímos um sistema evoluído pelo qual mediamos nosso contato com a realidade: o fator simbólico e social.

Da psicanálise à psicologia social: o ser humano é influenciado diretamente pelo seu âmbito social, algo que não é meramente físico, mas que também trafega entre a linguagem e o pensamento. A relação humana com o mundo é mediada por um fator simbólico, e esse fator modifica o real, sendo agora, não uma pura realidade, mas uma realidade atravessada por cenários psicológicos, sociais, empíricos e simbólicos.

É nesse sentido que o contexto social é fundamental para se pensar a vida humana, pois é ele que o ser humano constrói e se constrói. E não apenas isso, o homem passa a mudar sua natureza conforme seu contexto social e a mudar sua visão e percepção da realidade e de si mesmo de acordo com suas vivências e experiências, sejam factuais, imaginárias ou regidas pela sociedade.

Vygotsky (1991) nos embasa com uma nova percepção do “brincar” na vida humana, onde afirma que essa atividade também nos apreende a papéis sociais e á reproduções dos papéis sociais em sociedade, onde, por exemplo, ao brincar de “ser professor” estamos aprendendo a função de “ser professor” e reproduzimos noções comuns do que é “ser professor”. Dessa forma, o próprio brincar que, há muito foi associado à um momento natural das espécies, também evidencia uma constituição empírica das funções sociais, reproduções de papéis, regras sociais e identificações.

Mais profundo com Terrail (2003), ele diz que as mulheres estão no cerne da transmissão intergeracional de “papéis femininos”, ou seja, Terrail acredita que as meninas, devido à proximidade e identificação com as mães, aprendem os papéis sociais de mulher para mulher. Naturalizado socialmente, as reproduções desses papéis femininos são passadas de geração de mulheres à geração de mulheres, e isso se deve ao fato de serem elas vinculadas diretamente aos papéis de cuidado e prestação de serviços, onde discutiremos a fundo em breve.

Percebemos então que não há nada de natural e evolutivo em como nossa sociedade se construiu: em como nos percebemos e agimos hoje. Pensar que somos seres sociais construídos e construtores, nos levam a repensar as estruturas e moldes pelos quais nossa sociedade atualmente se compõe. É nesse gancho que Bourdieu (1999) nos elucida o conceito de gênero como uma construção social, histórica e cultural que se apoiaria na dualidade biológica dos sexos: feminino e masculino. Ele diz que as reproduções do que é masculino e do que é feminino se ancoram principalmente naquilo que a sociedade incorporou como pertencente à natureza do homem e da mulher. A sociedade acreditaria então que os papéis sociais destes se repousariam em seus sexos dados ao nascimento: ser homem ou ser mulher, e estes essencialmente, possuiriam certos modos de agir, pensar e habitar o corpo social. Como esses papéis eram naturalizados e partilhados universalmente e intergeracionalmente, esses ‘modos de ser’ transcenderiam o tempo e se tornariam, no imaginário social, algo inerente e normal ao fato de ser mulher ou homem.

“Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética.” (BOURDIEU, P., 2002, p. 43)

Moldados dentro do âmbito social, esses papéis prescreveriam os comportamentos e sentimentos a um nível tão profundo que se inscreveriam nos corpos de forma natural. Mas, algo tão profundo e ditador, não poderia ser pensado se não a luz de forças dominantes e impositoras desses modos de vida. Como desmitifica Bourdieu, esses papéis sociais se tratam de um trabalho histórico e de construções sociais que foram naturalizados a partir da biologia, e, que a naturalização dessas essências proviria de uma certa dominação simbólica, dominação essa que historicamente se apossou de muitos espaços de poder cotidianos.

“A força da ortodoxia, isto é, da dóxa direita e de direita que impõe todo tipo de domínio simbólico (branco, masculino, burguês), provém do fato de que ela transforma particularidades nascidas da discriminação histórica em disposições incorporadas, revestidas de todos os signos do natural.”  
(BOURDIEU, P., 2002, p. 72)

Não podemos esquecer que, essa lógica de dominação passa a habitar as próprias representações dos dominados, como parte de si. Onde, frente a essas relações de poder em que estão afetados, esquemas mentais e representações tornam-se naturais do dominado. O grande mecanismo da lógica de dominação simbólica está no fato de que torna-se parte natural e integrada dos atores, se fundam nas relações cotidianas e são invocadas para além da consciência e da vontade. Passam a ser reprodutores e reproduzidos desses modos de viver.

Bourdieu retrata que a dominação é masculina, branca e burguesa em contrapartida da mulher submissa que se teve produzida e reproduziu inconscientemente esse lugar. Importante assinalar que o lugar de submissão da mulher não evidencia uma mulher passiva e submissa, apenas, desenha seu lugar social visto pelos dominadores. Pois, como assinala Federici (2017), associar a figura da mulher a uma passividade também foi uma construção para reforçar o domínio patriarcal sobre ela. Sendo assim,

historicamente o papel feminino foi moldado pela dominação masculina e este é reproduzido ainda pela sociedade contemporânea.

Quando falamos então sobre a mulher, podemos estar reproduzindo esse lugar de uma suposta essência feminina, onde as mulheres disporiam de dons e qualidades naturais como o instinto materno, a paciência, a empatia, a uma sensibilidade essencialmente feminina (MOLINIER, 2004).

É inegável a afirmativa de que, ainda atualmente, as mães são responsáveis pela maior parte do cuidado aos seus filhos e que estas possuem ainda mais influência aos cuidados das filhas (TERRAIL, 2003). Podemos pensar que muitas das vezes a identificação feminina e apreensão da vida e do papel feminino é apreendido com suas mães, que também são reprodutoras da lógica patriarcal. Mães essas que, de forma até natural, ensinam suas filhas ao que pensam ser adequados à mulher. Maurice Godelier (1978) reforça que, um dos componentes decisivos da dominação masculina é o consentimento violento e naturalizado entre as dominadas, que em seu lugar desvalorizado percebe-se sem escapes e legitima sua posição enquanto submissa, passando a reproduzir o discurso dominante.

Apesar dos embates entre as categorias de feminismo, atualmente, pensa-se não mais numa essência feminina, mas, em processos de construções e formações, históricas, linguísticas e socialmente determinadas (LOURO, 1996), a qual iremos abordar profundamente em breve.

## **2.2 Dominação patriarcal, heranças escravocratas e contextos de pós-emancipação**

Em meados dos anos 70, devido ao contexto de lutas e visibilidade do discurso feminista, houve uma sinalização à violenta desigualdade entre homens e mulheres, provindas do sofrimento cotidiano, da inquietação de alguns com seu lugar subjugado e da análise intelectual do desenho desigual das estruturas sociais. Como grande questão, principalmente das feministas, percebia-se nitidamente uma imensa discrepância entre como a sociedade

“tratava” os homens e as mulheres. Mas não só, em como a sociedade determinava certos lugares para certos indivíduos e como isso era perverso.

Havia uma relação de desigualdade que fora constatado por muitos olhares e haviam perguntas pelas quais as respostas dadas não eram suficientes: Por que a mulher não podia exercer o voto ou ocupar posições de prestígio? Por que estavam designadas apenas ao âmbito doméstico e eram subjugadas aos desejos do homem? Por que o marido deveria ser o representante legal da mulher?

Em um dado momento isso reverberou por todos os cantos da história, da ciência e espaços cotidianos. Esses questionamentos desenharam papéis dominantes e dominados, num sistema que funcionava para todos os lugares: das políticas de estado até o reflexo no espelho de cada mulher: herança do patriarcado (APFELBAUM, 1999).

A noção de uma sociedade patriarcal sugere que existe uma dissimetria estrutural, efeito de lógicas de dominação presentes nas relações, onde, uma categoria de pessoas exerce poder sobre a outra. E isso se reflete em estruturas sociais e meios simbólicos de dominantes e dominados, onde, como a etimologia da palavra *'patriarcal'* sugere: o patriarca, pai/chefe, homem, detém o poder.

A partir dessas análises e questionamentos, refletimos hoje que a história descrita deve ser pensada a partir do ponto de vista de seus interlocutores, de seus lugares, contextos e desejos. Não existe uma versão histórica neutra. A história é contada pelos vencedores e poderosos que possuíam meios e voz de contar suas versões, até então. E que reler a história de forma clara, significa identificar que as versões estão sempre apoiadas a caracteres ideológicos, políticos e jurídicos. E que, não podem ser realmente vistos, se não por seus contextos e entornos (HERRERA, 2009).

Tomar a leitura histórica com esse olhar, nos faz perceber um lugar construído da mulher, engrenagens que a invisibilizaram, possuíram seu corpo e alma, que a modelaram, que silenciaram suas questões e a colocaram num lugar de vulnerabilidade e submissão.

A lógica machista que perpetua até hoje, nos faz perceber o lugar da mulher que foi desenhado pelo poder masculino e aderido e reproduzido por toda a sociedade. Sendo assim, quando pensamos numa essência feminina como cuidadora, servil, passiva e sexualizada; podemos entender quais interesses permeiam a construção dessa figura e quem se beneficiou dela. Não pretendo afirmar que a mulher não possa se identificar como cuidadora, passiva e sensual, ou julgar que estas imagens desvalorizam a mulher, apenas tentar dizer que, foi um lugar, não captado por livres escolhas, mas configurados e lançados por lógicas dominantes. A luta feminista é por liberdade, pela escolha ativa da mulher em se definir e agir, o completo oposto da lógica patriarcal.

Frantz Fanon irá nos levar a um lugar parecido, mas, que trilha a dominação patriarcal sobre corpos para além do feminino, sobre a raça, sobre a raça negra. Ele identifica a valorização exacerbada da cultura europeia em períodos de escravidão e afirma que isso contribuiu para a aniquilação cultural, social e existencial do negro:

“O complexo de inferioridade do colonizado deve-se ao sepultamento de sua originalidade cultural, faz parte do processo de dominação colonial desconsiderar que o negro possui cultura, civilização e um longo passado histórico. (...) Por outro lado, a valorização superestimada da cultura europeia, se fortalece na desvalorização das culturas dos negros, ou simplesmente, na total destituição cultural do colonizado, ou seja, na indicação de que há ausência de civilização entre os povos colonizados.” (ROCHA apud FANON, 2015, p. 114)

O período da escravidão, por si só, já nos alerta para uma dominação violenta da vida do outro baseado em sua raça e cor. Retirar um ser humano de seu lar, força-lo e coagi-lo a trabalhar sem remuneração e/ou quaisquer outras garantias de sobrevivência em meio a tantas atrocidades, já exige um



nível violento de dominação e subjugação do outro como ser vivo. O processo de escravidão é muito violento, e ele se ateve a um controle da vida do outro para além de seu corpo e condição humana, que está impresso em suas noções subjetivas e sociais até hoje (ROCHA, 2015).

Kofes (2001) nos traz uma análise rica em retomar à uma tradição escravocrata que consistia no aluguel e venda de escravos para o trabalho doméstico, e que esse “comércio de aluguel”, após a escravidão, passou a formular um trabalhador que foi designado mais tarde de empregado doméstico.

A escravidão foi abolida em 13 de maio de 1888 no Brasil, pela Lei Aurea, mas, suas marcas estão impressas até hoje em nossa sociedade. Rocha (2015 apud FANON) nos apresenta algumas práticas da época da escravidão na relação entre o negro e o branco que remontam toda uma dominação violenta, que mesmo após a abolição da escravatura ainda estavam presentes no cotidiano e na subjetividade negra e mestiça.

A superestimação da cultura europeia e branca foi uma delas. Mas, não só, o ato de retirar a humanidade da vida negra, transformar sua existência em algo extinto de singularidade e valor, foi o alicerce da escravidão.

Outro grande contraste demarcado pela dominação era o fato de que, os escravos ainda eram marginalizados, mesmo após serem considerados “seres humanos”; e sem valor algum, eram “livres” para morrerem entregues às caças e aos preconceitos da vida branca.

"Os descendentes das vítimas da escravidão até hoje não conseguiram se livrar dessa carga discriminatória e sofrem os efeitos dessa suposta inferioridade. Foram séculos de uma prisão física, moral e psicológica sob esses homens e mulheres que, vitimados pela dominação europeia, não encontraram seu verdadeiro espaço num mundo em constante mutação, pois a marca da dominação ainda se

fez presente em forma de racismo." (PAULA, 2012, p. 156)

Faria, Ferreira e Coutinho (2014) reforçam o assentamento do trabalho doméstico sobre os ideais patriarcais e escravocratas, considerando que a desigualdade de gênero e o racismo influenciam diretamente seus cotidianos de trabalho. As configurações produzidas a partir dessa estrutura podem ser percebidas nas marcas que deixaram em suas raízes, uma certa associação que preserva o homem branco na imagem de senhor e possuidor e na imagem da mulher negra como propriedade e força de trabalho. Mas, não apenas isso, as marcas dessas desigualdades estão presentes desde a casa, até o bairro, os espaços públicos e de trabalho dessas pessoas (SANTOS, DIOGO, SHUCMAN, 2014), que demarcam violentamente a supervalorização do homem branco e hétero em detrimento da mulher branca, do homem negro e da mulher negra.

Mais profundamente, com Achille Mbembe em *Necropolítica* (2016) onde a figura do negro está associada a não apenas um lugar subjugado, mas, a um lugar abaixo do humano onde que para a manutenção do biopoder do Estado, este estabelece essas classes como alvos passíveis à morte. Ou com Wacquant (2001) que retoma a leitura da prisão americana como um mecanismo de poder que serviria para conter e higienizar as ruas da população dos guetos, pois estes “perturbavam a ordem” e eram constantemente estigmatizados e inferiorizados. Ambas as teses, em uma análise mais sensível, continuam demonstrando uma noção intrínseca à épocas escravistas presentes atualmente, e que estas noções de um corpo isento de humanidade e empatia, passível de manipulação e domesticação, desvalorado de cultura e civilidade como Fanon nos trouxe, é um marco muito caro deixado por nossas heranças.

É interessante assinalar que, esse esboço histórico esclarece nosso cenário se pensarmos em nossas bases escravocratas, machistas e burguesas; mas, como assinala Santos, Diogo e Shucman (apud Hasenbalg, 1979) não podemos estabelecer uma simples consequência causal natural, mas que, todo esse desenho reforça uma certa estrutura que interessa ao capitalismo

branco, onde alguns possuem vantagens provindos da opressão racial e do sexismo. O capitalismo necessita da dualidade: pobreza e riqueza, pois só assim, o valor do dinheiro tem significado; e isso valida o desenho desigual ocupado também no campo do trabalho onde o homem branco ocupa os melhores empregos e melhores salários num abismo que acentua a mulher negra nas piores condições.

“A manutenção das desigualdades de gênero é um dos paradoxos perpetrados pelo capitalismo: foram criadas condições para a emancipação feminina e, simultaneamente, foi acentuada a exploração das mulheres ao estabelecer uma relação aparentemente “harmônica” entre precarização e trabalho feminino. “(SANTOS, DIOGO, SHUCMAN, 2014, pg. 23)

Juntamente com Souza (2016) não apenas a desigualdade de gênero interessa ao capitalismo, mas, a própria construção das desigualdades de raça também. A escravidão é um fato, e, é possível perceber as heranças históricas desse marco. Entretanto, não deve ser a única forma de compreensão do quadro atual da desvalorização da mão de obra negra. Como vemos nas análises de Souza, as heranças escravocratas se acoplam a uma visão linear e perigosa acerca do trabalho doméstico: por ser um campo majoritariamente negro e de precarização. Mas, apenas essa interpretação não faz jus a toda a complexidade do campo. É importante se pensar também em como a sociedade pós escravistas se moldou para dar lugar a essas novas relações. Souza cita Hasenbalg (1979) trazendo um ponto central na análise que consiste em tirar de foco o legado escravocrata, acentuando então, o racismo e a discriminação existentes após a abolição e que isso implica diretamente em como se moldou a subordinação social dos não brancos e sua posição de desvantagem (p.141).

Como citado anteriormente, o legado escravocrata embasa a base da desvalorização e precarização do trabalho doméstico remunerado, mas, a

concepção de que a sociedade persistiu racista e discriminatória após a abolição da escravatura, também se compõe como um ponto central dessa desvantagem. A leitura de Souza (2016) nos atém para entendermos que a desvalorização do trabalho doméstico no Brasil possui uma cadeia de processos que levaram até então, não apenas provindos da escravidão, mas em como a sociedade se organizou pós-emancipação para desenhar o lugar do negro e sua desvantagem que faz perpetuar a vantagem branca e burguesa.

“Sendo assim, é possível afirmar que não há como recuperar aspectos da história do serviço doméstico sem se remeter à sua conexão ao passado escravista brasileiro, no qual os escravos domésticos tiveram importância crucial. Contudo, atestar esse tipo de fato não pode significar o estabelecimento de uma relação simplista ou puramente determinista entre a escravidão e o trabalho doméstico na história do Brasil, tal como se dá de certa forma no entendimento em torno da noção de herança.” (SOUZA, 2016, p. 148)

Centralizar nossa análise por apenas um viés, pode estar nos fechando para percebermos dinâmicas outras com relação ao campo. Quando falamos do trabalho doméstico remunerado, somos atingidos por vertentes que dizem da desvantagem com relação ao gênero, a cor e a condição socioeconômica. E não podemos encarar o campo por apenas uma compreensão. A escravidão não foi um processo linear, e a discriminação e perpetuação da dominação patriarcal e burguesa se repousou em outras formas de poder, tais como as provindas pelo capitalismo e novas formas de compreensão do trabalho e da mão de obra. Logo, “se a prestação dos serviços domésticos se tornou uma expressão das desigualdades e subalternidades, isso não se deve apenas às respostas ao passado escravista, mas, em outros processos que ocorreram em outros contextos, principalmente após a emancipação negra, em que, se perpetuou as práticas e valores escravistas, mas também, novas dinâmicas que reorganizaram o mundo do trabalho e a desigualdade racial” (SOUZA, 2016, p. 154).

Esse apanhado geral é crucial para nosso texto pois é fundamental entender que a sociedade se movimenta assentada sobre certos funcionamentos e representações sociais naturalizados que foram fundados historicamente e que, se mantiveram e se atualizaram ao decorrer do tempo. O funcionamento de uma sociedade não pode ser percebido como à parte de sua história. A história brasileira é marcada fundamentalmente pela dominação patriarcal e escravocrata, pelo racismo e sexismo, e isso não pode ser desvinculado de como nossas organizações cotidianas funcionam. Também não podemos esquecer que, as desigualdades se mantiveram por novas configurações e novas formas de discriminação. Portanto, assumimos que é impossível conceber o trabalho doméstico se não por essa ótica que nos visibiliza os discursos dominantes sobre os corpos e a atividade, por construções que foram naturalizadas por muito tempo como normais e tradicionais e que ainda estão em vigência.

A expressão de construir ativamente sua história foi negada por muito tempo para as mulheres, para as mulheres negras, para as mulheres pobres (PAULA, 2012). Então, quando nos propomos a discorrer sobre o trabalho doméstico no Brasil que é permeado em grande maioria por elas (HENRIQUES, 2017), precisamos apontar a construção histórica que desembocou até então e tentar se aproximar da complexidade e interseções entre as desigualdades presentes.

### **2.3 Trabalho doméstico remunerado no Brasil**

“Empregado doméstico é definido como aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei” (Artigo 1º da Lei 5.859/72).

“Preparam refeições e prestam assistência às pessoas, cuidam de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração

da casa, conforme orientações recebidas. Fazem arrumação ou faxina e podem cuidar de plantas do ambiente interno e de animais domésticos” (Descrição sumária de Trabalhadores dos serviços domésticos em geral pela Classificação Brasileira de Ocupações).

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é um ofício que transcende gerações, principalmente entre as mulheres pobres e negras. Em uma análise histórica, Silva, Loreto e Bifano (2017) traçam o marco do trabalho doméstico remunerado como expresso pelo trabalho escravo em épocas do Brasil Colônia. Em 1822 a 1889, atestam que, mesmo após a libertação dos escravos com a Lei Áurea, muitos continuaram servindo seus empregadores por falta de outras oportunidades. Sinalizam que desde o Brasil República até os dias atuais, o campo passeia em terras capitalistas na disputa do trabalho e na desigualdade salarial entre homens e mulheres (p. 409).

Citando autores como Gilberto Freyre (2003), Santos (2010) e Carvalho (2008), Silva, Loreto e Bifano (2017) desenham o cenário brasileiro histórico que margeia o campo do trabalho doméstico no Brasil. Na obra de Freyre (2003) retratam as raízes da cultura africana na formação do povo brasileiro e sinalizam a relação entre senhores e ex-escravos, pautados na ambivalência entre amor e ódio que permeava as relações de trabalho. Era um jogo duplo de colaboração e exploração, direitos e deveres, atribuições e gentilezas dos empregados, mesmo após a abolição da escravatura (p. 415). Citam Santos (2010) na concepção do “quarto de empregada”, atribuindo que este ambiente surgiu do contexto de escravidão, onde, as trabalhadoras domésticas moravam na senzala, mas por passarem a maior parte do tempo na “casa dos senhores”, esses dois lugares se fundiram surgindo então um novo cômodo. Retratam este lugar como uma forma de controlar os horários e hábitos da doméstica, o que ocasionalmente levava-a ao isolamento e ao desconforto, já que os espaços eram insalubres e sem ventilação. Além de contribuir para maior exploração, já que, por agora

“morar” na casa, havia de se comportar conforme os horários e hábitos dos donos (p.409).

“A empregada doméstica ficava tão restrita ao seu local de trabalho, que desenvolvia com a família empregadora laços de afetividade, sendo que o mesmo não acontecia com seus próprios familiares. Além disso, as trabalhadoras passavam por privações quanto à utilização de banheiros, talheres e alimentos, inclusive quanto ao local que lhes era designado e os utensílios permitidos para uso, também quanto a sua permanência nos cômodos da casa, enquanto o empregador estivesse presente” (SILVA, LORETO, BIFANO apud SANTOS, 2010, P.416).

Outra análise encontrada pelos jornais e informativos da época, era a constatação latente de que os ex-escravos, e principalmente as mulheres e homens negros, eram considerados como coisa, objeto. Comparados a mercadorias e passíveis a serem propriedades dos senhores e fazendeiros, logo, passíveis também de punição, troca e despejo.

Já citado anteriormente, após a abolição da escravidão, mulheres livres e negras permaneceram nas casas de seus ex-senhores, pois, não haviam outras oportunidades de trabalho e sobrevivência, o que veio a contribuir para a precarização da vida e continuidade da escravidão mesmo que abolida em lei (SILVA, LORETO, BIFANO, 2017, p. 419). A execução dos afazeres domésticos se dava pelo mesmo grupo de pessoas que o executava anteriormente como servos, agora, em troca por abrigo e comida, já que não haviam lugares para se refugiar ou outras oportunidades de ofício (p. 420).

Juntamente com Carvalho (2008 apud SILVA, LORETO, BIFANO, 2017, p. 423) os valores burgueses desse período também entravam em conflito com o patriarcalismo escravista com relação as atividades domésticas, pois, apesar de marginal ao mercado formal, o trabalho

doméstico era valorizado e divulgado nos manuais de economia doméstica que vinha em contraposição ao tempo ocioso da mulher dentro da casa. Esses manuais estabeleciam regras de etiqueta e boa conduta para as mulheres a fim de garantir a prosperidade e bem-estar da família. Entretanto, com as revoluções providas da inserção da mulher no mercado de trabalho, instituiu-se uma separação entre o público e o privado da família. “A revolução Industrial e o capitalismo, ao aceitarem a inserção da mulher no mercado de trabalho, paralelamente, também contribuíram para que ela deixasse de ser propriedade privada da família e passasse da posição exclusiva de reprodutora para se tornar também produtora, dando importante passo para a emancipação feminina. (SILVA, LORETO, BIFANO, 2017, p. 424). Sabemos, portanto, que, essa emancipação ocorreu a um certo perfil de mulheres, já que, as negras e mais pobres sempre estiveram inseridas na prestação de serviços aos outros.

Atualmente, devido a mudança e percepção das mulheres perante a desigualdade sofrida, os movimentos sociais passaram a reivindicar os direitos femininos. E, como resultado de muita luta em busca de melhoria das condições de precariedade, em 2013, foi criada a PEC das domésticas.

Um grande marco dessa luta foi a Lei Complementar 150/2015 que regulamenta uma série de direitos e que tenta fornecer maior segurança e melhores condições de trabalho. Ainda assim, as trabalhadoras domésticas apontam que a legislação é comumente acessada em favor do benefício de seus chefes (CEFEMEA, 2007).

“A nova lei da Doméstica tenta intensificar a luta por uma equiparação de direitos frente aos outros trabalhadores, além de buscar a redução da informalidade da atividade doméstica, de forma a garantir para a mesma uma maior autonomia e equidade de gênero no mundo do trabalho” (SANTOS, LORETO, BIFANO, 2017, p. 432).



A Lei complementar nº 150 iguala as trabalhadoras domésticas com outros profissionais, estabelecendo uma série de direitos trabalhistas que foram negados por muito tempo. Com a promulgação da PEC, alguns direitos entraram em vigor como o piso do salário mínimo para as trabalhadoras, pagamento garantido por lei, o estabelecimento da jornada de trabalho em 8h diárias e 44h semanais, pagamento de hora extra. Direito a trabalhar em locais que observem as normas de higiene, saúde e segurança, e, principalmente, a proibição da discriminação aos trabalhadores portadores de deficiência e possíveis desigualdades de sexo, idade, cor ou estado civil. Entretanto, não esgotaremos as questões acerca da PEC e de outras leis relacionadas ao campo, recomendamos autores que comentam e analisam os impasses e avanços dessas leis (SANTOS, LORETO, BIFANO, 2017); (ANDRADE, 2014); (MARTINS, 2013); (JUSBRASIL, 2015); (CEFEMEA, 2007); (CRUZ, 2016).

De acordo com o Relatório de 2007 realizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria de Brasília, as trabalhadoras domésticas de todas as categorias (faxineiras, diaristas, mensais...) somavam mais que 9 milhões e meio de mulheres (p.4); o que contrapõe o fato de que é um trabalho que todos poderiam executar, já que, 9 milhões de mulheres são pagas para fazê-lo por todo o país. Silva, Loreto e Bifano (2017) também demonstram que as funções de cuidado e manutenção da casa é parte indispensável para o funcionamento do sistema familiar e da economia. Portanto, desnaturalizar o desvalor e a invisibilidade do trabalho doméstico é um dos passos importantes para a compreensão do trabalho doméstico remunerado.

Segundo Silva, Araújo, Moreira e Barros (2017, p.456) em 2014 o número de mulheres negras no país lotadas nos serviços domésticos correspondia a cerca de 61%, e 48,9% das trabalhadoras possuíam, em geral, apenas o ensino fundamental incompleto. De acordo com Paula (2012, p. 160) dados de uma pesquisa realizada em 2004 pela Fundação Perseu Abramo com cerca de 2.502 mulheres em cinco grandes regiões do país, 18% não possuíam o segundo grau completo e 82% não estudaram ou chegaram apenas ao ensino fundamental. Esses dados sinalizam que é uma

atividade majoritariamente empenhada por mulheres, principalmente por não brancas e que configuram uma condição de baixa qualificação escolar, como é um retrato de toda a classe pobre do país (SILVA, ARAUJO, MOREIRA, BARROS, 2017).

Entretanto, nosso estudo se repousa na inquietação de que o trabalho doméstico, apesar de ser um vasto campo e segundo estimativas de 2007 ser responsável por cerca de 12,7% do Produto Interno Bruto brasileiro (CORONEL, 2010), permanece desvalorizado, e mais, constata ser um trabalho que é fortemente associado a um objeto de estigmatização e discriminação. Segundo Coronel (2010) muitos justificam que a desvalorização do trabalho doméstico se encontra no fato de que, constantemente ele é associado a um fenômeno natural, onde sua execução é fácil e banal, portanto não possuindo nenhuma espetacularidade, já que, a priori, todo mundo saberia executá-lo e poderia fazê-lo. E em eras capitalistas, o trabalho valorizado seria o de alta intelectualização e esforço mental, o trabalho de produção e não o de reprodução, conforme veremos em breve.

Estudiosos confirmam que a naturalização do trabalho doméstico perpassa principalmente uma noção de que não seria um trabalho de fato; seria, portanto, uma banalização da função natural da mulher. Toda mulher essencialmente saberia realizar o trabalho doméstico, sendo assim, por ser algo tão natural, não mereceria remuneração ou adentrar ao “status” de trabalho. Além disso, a rotina do trabalho seria marcada por um ciclo constante de “fazer, desfazer e refazer, no interior das casas, e tomada como natural e própria das mulheres, o que contribuiria também para a invisibilidade tanto do trabalho quanto das trabalhadoras” (SILVA, ARAUJO, MOREIRA, BARROS, 2017, p. 457).

No artigo de Coronel (2010, p.11), existe referência a um estudo analítico acerca da produção social do trabalho numa empresa têxtil, onde demarca-se três características fundamentais do tipo de trabalho realizado: 1- o trabalho seria um fazer contínuo, que as produções logo desapareceriam e se transformariam em outra coisa. 2- por essa permanente rotação, parece

não haver uma importância temporal, ou qualquer tipo de relevância pois se transformam constantemente em outras coisas, não surtindo um efeito permanente no presente. 3- parece ser um fenômeno natural como se o produto gerasse a si mesmo já que aparentemente, não exige muita assistência da pessoa ocupada. Tendo como base esse estudo, podemos associar que o trabalho doméstico também é marcado por essas noções, já que é tomado como algo natural [provindo da natureza feminina], de rotação contínua [arrumar, desarrumar e rearrumar] e por ser natural, parece não exigir muita assistência da executante. Entretanto, tais afirmações são meramente construções comuns, sem nenhuma análise profunda sobre o trabalho e reforçadas por uma lógica dominante.

Aqui se estabelece o solo de nossas questões: as mulheres ainda estão no cerne dos trabalhos domésticos apesar de décadas de lutas e conquistas feministas. E conforme os dados estatísticos, as mulheres com ascendência negra em sua primazia conformam a maioria das executantes deste labor; a ponto de que o trabalho doméstico se torna a porta de entrada dessas mulheres no mercado (HENRIQUES, 2017).

“ (As mulheres) estão entre as piores taxas de remuneração no mercado de trabalho, povoam as listas do desemprego e do subemprego no Brasil (...) assim sendo, é possível afirmar que o fenômeno da invisibilidade da mulher, além de social e intelectual, também é espacial e étnico, visto que a mulher negra e pobre tornasse ainda mais invisível à história e à sociedade que a branca” (PAULA, 2012, p. 155).

Repousa-se então, o trabalho doméstico sob os corpos femininos, femininos e negros, femininos e pobres, à margem dos direitos humanos de igualdade das quais o Brasil se baseia, num campo de trabalho invisível e invisibilizante, coberto por um discurso de igualdade e meritocracia que, como já vimos, são moldados por um país construído em raízes machistas, racistas e burguesas.

### 3. CONCEITOS CHAVE

#### 3.1 “Essência feminina” e a divisão sexual do trabalho

É notável que de tempos para cá, a imagem feminina recorrente sofreu algumas mudanças... de uma total passividade e submissão para uma imagem de resistência e luta. Uma nova mulher que é capaz de fazer tudo, como demonstra, por exemplo, os atuais comerciais de cosméticos para a mulher, em 2018. Teria então, a mulher, conquistado seu lugar de igualdade?

Ferreira (2018) aponta que na construção de um discurso feminista liberal que preconiza a igualdade dos gêneros, uma imagem passou a ser recorrente desse discurso: “a imagem da super-mãe, que é mãe, profissional, bonita, jovem e sexy” (apud OLIVEIRA, 2005, p.123). E essa imagem, reforçada pela mídia, passou então a ser percebido em vários lugares e pelas diversas realidades de ser mulher.

“Esse enfrentamento consciente da luta das mulheres somado às próprias transformações da sociedade capitalista no pós-guerra produziram ao longo das décadas importantes mudanças na visão da sociedade e no discurso instituído sobre as mulheres” (FERREIRA, 2018, p.16).

De forma rasa, essa nova imagem da mulher pode trazer certa noção de igualdade, de uma não-passividade e liberdade; pois as mulheres em suas reproduções midiáticas estão sempre demonstrando certa força, resistência e independência financeira. Mas, de acordo com Ferreira (2018) esse discurso da multi-mulher não corresponde diretamente a uma situação onde a conquista feminista tenha atingido seu auge. Aponta que, essa imagem ainda está associada diretamente a um lugar da mulher de submissão. Esse discurso midiático ainda supõe uma essência feminina que é responsável por manter-se bela, responsável pelo âmbito doméstico e pelo cuidado. Portanto

não se confirma a superação do lugar historicamente instituído às mulheres, mas, ao contrário, demonstra ainda uma retórica associada a essa submissão feminina (FERREIRA, 2018, p.10). Demonstra uma mulher que é dona de casa, que é forte, mas ainda atrelada ao cuidado, que é independente, mas ainda responsável pelo maternar: uma imagem ainda diretamente relacionada às essências femininas. Essa “multi-mulher” colou com concepção feminista de mulher liberta e igualitária ao homem, mesmo que, ao lermos nas entrelinhas ainda remonta a imagem de uma mulher que é responsável pelo trabalho doméstico, pelo maternar e que otimiza seu tempo para cuidar da beleza para seu marido, da beleza para a ciência.

Como também nos traz Coronel (2010) e muitas outras escritoras contemporâneas, a mulher conseguiu conquistar alguns espaços masculinos e é evidente que as lutas feministas mudaram o mundo; conseguiram certas liberdades, como por exemplo, o voto, o anticoncepcional e o trabalho. Mas, que, apesar de ter conquistado tal “lugar ao sol”, essa mulher ainda continua em casa e responsável pelos afazeres “femininos” e mais, se desdobra em duplas jornadas para dar conta de funções privadas e públicas.

“As mulheres passaram a marcar e qualificar a sua presença no espaço público com mais liberdade. Contudo, (...)ainda não se desvincularam de suas atribuições do privado, pois em sua maioria exercem duplas jornadas, cuidando do trabalho formal no espaço público e das atribuições, culturalmente, instituídas ao gênero feminino pela sociedade sexista” (PAULA, 2012, p. 168).

A dupla jornada de trabalho sinaliza uma crítica ao fato de que a mulher atuante no mercado de trabalho formal, ainda se responsabiliza pelos afazeres domésticos majoritariamente. O trabalho doméstico é prioritariamente realizado por mulheres, e mesmo após se transformar em trabalho remunerado, este ainda mantém suas características históricas e sociais de estar vinculado a figura feminina em sua realização, seja na

residência de outra mulher mais abonada financeiramente ou em sua própria (HENRIQUES, 2017).

Sabemos então que o trabalho doméstico, ou que essa “servidão voluntária” da mulher em realizar os afazeres domésticos de forma natural, perpetua. Hirata (2015) fala das mudanças que ocorreram nos âmbitos familiares decorrente da inserção da mulher no mercado de trabalho formal, onde, elaborou quatro formas de conciliação para a realização dos afazeres domésticos: o modelo tradicional onde o trabalho doméstico é assumido por mulheres e o homem é o provedor, o único responsável pelo trabalho formal; o modelo de conciliação, onde podemos falar nitidamente sobre a dupla jornada de trabalho feminino, onde a mulher otimiza seu tempo para dar conta do trabalho doméstico e do trabalho formal; o modelo da parceria onde existiria certa “igualdade” entre homens e mulheres para o trabalho doméstico; e, o modelo da delegação, que é o que nos interessa mais: onde a mulher atuante no cenário profissional delega o trabalho doméstico para outras mulheres.

Segundo dados do IBGE (2016) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, confirma a dupla jornada de trabalho, onde 34,2% das mulheres contratadas por carteira, realizam o trabalho doméstico em seus lares, enquanto apenas 21% dos homens o fazem. Sobre as tarefas domésticas que incluem preparar ou servir alimentos, arrumar ou lavar as louças, limpar roupas e sapatos, mais de 90% das mulheres realizaram essas tarefas e apenas cerca de 50% dos homens o fizeram (FERREIRA, 2018).

De todos os ângulos que possamos pensar o trabalho doméstico e a mulher, ainda encontramos a figura feminina em sua realização, seja em duplas jornadas, seja na realização dele por seu meio de trabalho formal. Como aponta Coronel (2010, p.7) o lugar da mulher continua sendo em casa, só que não mais na sua casa, mas na casa de alguma outra mulher socialmente mais abonada. E como dito por Henriques (2017) o trabalho doméstico é a porta de entrada das mulheres negras no mercado de trabalho, principalmente pelo modelo de conciliação da delegação que Hirata (2015) nos aponta.

Logo, analisando os conceitos de multi-mulher e duplas jornadas de trabalho, que se sobrepõe à uma mulher independente e liberta conforme a mídia nos fantasia, podemos ter mais direcionamentos sobre a desvalorização do trabalho doméstico e em que implicações isso têm sobre a subjetividade da trabalhadora.

Esses dados e análises confirmam que, apesar do grande número de mulheres nos trabalhos formais (tido por muito tempo como campo masculino) não ocorreram igualmente com o campo dos trabalhos domésticos, já que, o número de mulheres em duplas jornadas de trabalho e/ou na realização desses afazeres ainda é bem maior que o de homens.

“Mas, quando esta [mulher] assume um lugar também no mercado formal de trabalho toda estrutura se tenciona violentamente. E essa violência atinge justamente a mulher em termos de saúde física e mental através do que a autora [Abramo, 2007], denomina dupla jornada” (FERREIRA, 2018, p. 48).

Ferreira (2018) aponta ainda que, a inserção da mulher no mercado formal de trabalho é percebida como um aspecto secundário da sua vida, como se fosse uma escolha, já que, esta pode optar por ficar em casa (pois o campo do trabalho formal “pertence aos homens”), ou pela independência feminina ser uma “mordomia” e que a mulher é tida, no máximo, como uma “provedora secundária” (2018, p. 49). Claro, que, estas noções não podem ser pensadas sobre as mulheres pobres, onde (HENRIQUES, 2017) a única forma de sustento da família, que não é mais moldada às diretrizes tradicionais (homem, mulher e filhos) provém diretamente da figura feminina. Ainda assim, é válido compreender que, ainda é depositado sobre ombros femininos o trabalho doméstico, seja em duplas jornadas, em seu campo de inserção no mercado de trabalho ou em únicos ofícios em que esta é bem-vinda.

“Assim, tanto a análise dos dados quanto a crítica de Abramo (2007) demonstram de forma categórica a falácia do discurso liberal da libertação da mulher através da inserção no mercado formal de trabalho, bem como desmascaram o mito da “multi-mulher”, desde um aspecto objetivo da realidade” (FERREIRA, 2018, p. 51).

Santos, Diogo e Shucman (2014) reforçam o paradoxo emergente ao capitalismo, onde foram criadas situações para a emancipação feminina, mas ao mesmo tempo, também foi acentuada a exploração em estabelecer a precarização do trabalho feminino, e mais, em acentuar os lugares da mão de obra feminina. Pensando essa sentença, juntamente com o paradigma da “multi-mulher”, fica nítido que, existe uma dual relação entre a emancipação feminina e seu estado de exploração, onde, os mecanismos de poder continuam a perpetuar tais situações de desigualdade à visão de seu contrário: de que a mulher é igual. Demonstra-se uma complexa situação de superação desse quadro, já que, a emancipação surge como uma expectativa, mas, as instituições também se adaptaram e se flexibilizaram na reconstrução de um discurso sobre a mulher, que, se diz igualitário, mas ainda reproduz certas lógicas perversas da dominação (FERREIRA, 2018).

Essas representações da desigualdade são fundamentais para sua perpetuação pois estão presentes nos inícios da vida social (infância) e em todos os demais estágios recorrentes da vida humana. É interessante elucidar esses pontos para uma maior consciência e visibilidade dessas reproduções que, naturalmente, passam por nós dia-a-dia sem percebermos.

Como já encaminhado ao longo do texto, o mercado de trabalho sublinha inúmeras diferenças se pensarmos nas teias de gênero, classe e cor. De acordo com Santos, Diogo e Shuchman (2014, p. 24-25) acerca do trabalho doméstico no Brasil, a probabilidade de uma mulher negra realizar trabalho doméstico era maior em 8,9% do que mulheres brancas; o trabalho para o consumo próprio era seis vezes mais comuns por mãos negras e femininas (8,1%) do que de mãos masculinas e brancas (1,4%). Os autores



acentuam que existe um abismo imenso entre a mulher e o homem, principalmente entre o homem branco e a mulher negra, que, de acordo com seus estudos, pontuam os extremos de uma hierarquia no campo do trabalho.

É interessante, portanto, uma introdução entre os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo: atividades produtivas são referentes às que produzem valor, mais valor do que realmente valem se pensarmos na sua produção, como, a confecção de um carro, por exemplo. E, as atividades reprodutivas se remetem a atividades relacionadas a reprodução material [e simbólica] do privado, do âmbito familiar, que geralmente não são remunerados, como: os cuidados domésticos, a alimentação, o cuidado com o outro (SANTOS, DIOGO, SHUCMAN, 2014).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho se apoia na ideia de que, existem diferenças entre homens e mulheres, que seguem, principalmente, dois princípios de organização: o primeiro seria o princípio de separação, em que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, onde o trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher; a qual sublinhamos anteriormente as mulheres no cerne dos trabalhos reprodutivos e intergeracionais, e os homens lotados nos trabalhos produtivos, principalmente; e o outro princípio seria o de hierarquia, onde, o trabalho masculino valeria mais que o feminino (Kergoat, 2002). É importante, portanto, ressaltar que, esses princípios de organização se remetem à divisão sexista do trabalho. Mas, que, para além disso, existem outras distribuições, como nos apontam outros autores (HENRIQUES, 2017; PAULA, 2012) que existem diferenças que não se ancoram apenas sobre o gênero, mas também sobre a cor e a classe.

No decorrer de nosso texto, tentamos demonstrar que, por construções sociais, simbólicas e institucionais, o trabalho feminino está diretamente relacionado aos trabalhos reprodutivos, e, fica claro perceber que, existe uma certa hierarquia, se pensarmos em condições melhores de trabalho e remuneração, que, no topo se encontra o homem branco, seguido pela mulher branca, o homem negro e a mulher negra (SANTOS, DIOGO, SHUCMAN, 2014).

Como processos de construção, os contextos culturais e sociais podem vir a flexibilizar a teia dessa divisão, mas, a distância entre os grupos desiguais permanece. O interesse aqui, por esses conceitos, se baseiam pelo fato de que eles acentuam duas formas de violência: a primeira se baseia no fato de que, existem papéis sociais e formas de trabalho específicos à mulher, e, mesmo que estas possuam um nível maior de qualificação, ainda são atingidas por menores salários de que os homens (SANTOS, DIOGO, SHUCMAN, 2014), mas não só, quando essa qualificação não existe, são encaminhadas diretamente a uma categoria do trabalho (trabalho reprodutivo) e mesmo quando permeiam por trabalhos que não os de “essência feminina” sofrem grande preconceito e discriminação. O objetivo dessa análise não é subjugar o trabalho reprodutivo, ou, subjugar a mão de obra feminina, mas, em evidenciar que, não existe emancipação e/ou igualdade para homens e mulheres.

Outra forma de violência é o fato de que, mesmo quando a mulher consegue exercer uma atividade produtiva, esta ainda é responsável pelo trabalho de reprodução, pelo trabalho doméstico. E, aqui, encontramos a exploração mais visível, em todos os lares: da dupla jornada feminina.

É interessante apontar que, a dupla jornada aqui sinaliza uma relação desigual de exploração sobre a mulher, mas que, não necessariamente essa mulher sente-se explorada em duplas ou triplas jornadas. Como vimos, a dominação existe tão intrínseca ao dominado que passa a fazer parte de seu meio subjetivo e afetivo, que, no exercício de suas atribuições, a exploração possa vir a ser confundida com voluntariedade, como uma “servidão voluntária” (Hirata, 2006). Portanto, a violência simbólica se ancora, por meio de um emaranhado de representações, percepções e papéis, como parte duradoura da conduta e personalidade do executante. Onde, não está em jogo aqui o que o executante sente em sua atividade ou o que reflete em consciência, mas, no que os outros e o “real” (o mundo externo a ele) estabeleceram e representam como natural.

O fato de ser mulher parece ser um requisito importante para a realização do trabalho doméstico. Esse dado marcante se reflete no número

disparado de mulheres exercendo a profissão (80% de trabalhadores domésticos pelo mundo são mulheres, segundo OIT em 2013). O trabalho doméstico ainda mantém suas raízes históricas e sociais de estar vinculado à figura feminina em sua realização, seja por duplas jornadas, seja apenas em seu lar ou no lar de outras famílias. Isso fala um pouco da “essência feminina” que tradicionalmente se requer a esses serviços. Como traz, Kergoat e Hirata, é impossível pensar sobre isso e não refletir sobre uma divisão acerca do trabalho que possui um cunho sexual e que desvaloriza a liberdade da mulher. É uma imagem da mulher que ainda se associa a um lugar de submissão e desvantagem perante o homem.

A sociedade reconhece que existem “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres”, e isso sempre foi percebido como “normal”, até porquê, um dos argumentos mais disseminados pelo senso comum é de que a mulher possui essa “aptidão” para o cuidado (de casa, dos filhos, do marido). Essa é uma discussão atual, entretanto, apesar de diferentes opiniões sobre a “essência feminina” e sobre o lugar de desigualdade que a mulher ocupa perante o homem, isso nos traz uma rica reflexão. Mas, é importante situar que, o trabalho doméstico remunerado reflete bem mais do que nossas tradições acerca unicamente do papel da mulher.

De certo que, considerações tradicionais de uma mulher que sabe tudo sobre o lar, que foi criada e modelada para tal, transparece um pouco no número massivo de mulheres nas profissões de reprodução. Mas, o debate sobre as desvantagens mistas pode nos levar a outros lugares menos conhecidos, como a perpetuação do lugar de submissão de mulheres não brancas e da falta de opções para as mulheres pobres e negras no mercado de trabalho.

### **3.2 Consustancialidade e interseccionalidade**

Partindo do pressuposto que o trabalho é atravessado por fatores múltiplos [sociais, subjetivos...] da vida cotidiana, podemos então nos ater a outros conceitos que elucidam estas vivências como as complexas redes de

relações. É importantíssimo compreender que, a forma de apreender as desigualdades e desvantagens presentes no campo do trabalho, se dá por meio de um jogo de forças e dominações que trafegam por vários âmbitos e de múltiplas formas.

Danièle Kergoat fala sobre a consubstancialidade das relações. A consubstancialidade das relações é um conceito que auxilia na construção da premissa de que há uma dinâmica de forças e jogos nas relações sociais, em que estas, não podem ser compreendidas se não com um olhar sob as mais complexas redes e teias que se produzem e reproduzem.

“A consubstancialidade consiste justamente na premissa de que substâncias distintas possam perpassar a subjetividade de um mesmo indivíduo, produzindo assim uma teia de relações sociais complexas. (...) Assim, a incidência de uma determinada relação social incide sobre a outra de forma horizontal, desprezando determinismos simplistas”  
FERREIRA (apud Kergoat, 2016, p.41).

Essa análise desconstrói uma leitura das relações que são percebidas individualmente e recortadas de toda uma rede de associações, sinalizando que, as relações de classe, por exemplo, não se atrelam apenas a instâncias econômicas. Mas, que, existe uma dinâmica em jogo, de atravessamentos que constituem uma teia de relações, onde classe se integra e se atravessa por gênero, raça, etc; ... Como Danièle bem discorre “é um entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, onde cada uma imprime sua marca nas outras, ajustando-se às outras”, que apontam também a uma coextensividade, onde se constroem e são construídas de maneira recíprocas, se produzindo mutuamente (KERGOAT, 2010 p. 100), em perpétua evolução e adaptação.

Kergoat sugere a importância de se distinguir relação intersubjetiva e relação social, no sentido de que essa distinção pode melhor situar o campo de nossas questões. Por exemplo, a relação social diz respeito a relação

presente no coletivo, no grupo, e a esse nível podemos falar de desigualdade de gênero, de raça e classe; e a relação intersubjetiva diz respeito à relação proveniente do indivíduo, do sujeito ao sujeito/objeto; aqui podemos citar o exemplo da influência em que a desigualdade de gênero imprime naquele indivíduo. Essa distinção sugere que a nível intersubjetivo existem possibilidades individuais e inteligências de lidar com essas problemáticas, mas que é a nível social e coletivo que estão alocados os verdadeiros potenciais de mudança. Desmembrar estas esferas, pode nos ser interessante, no sentido de deixar claro em que âmbitos podem ocorrer certas mudanças. Mas, se pararmos para analisar, à luz do conceito da interseccionalidade, essa diferenciação serve como apontamento para entender outros mecanismos de dominação.

Em Crenshaw (2004) percebemos que à nível intersubjetivo podemos compreender nuances das desigualdades que se reverberam e tornam-se invisíveis pela relação social. Já que as relações subjetivas e coletivas se influenciam mutuamente e muitas vezes essas relações subjetivas são silenciadas por conta da hierarquia entre os coletivos.

Há um apontamento em Crenshaw sobre a interseccionalidade que nos remete pensar, não na esfera superficial das questões de gênero ou nas questões de classe ou cor, mas, nas entrelinhas, que evidenciam discriminações específicas que podem vir a ser mistas, por exemplo. E que podemos verificar que, questões de gênero, às vezes, estão diretamente conectadas e ligadas a questões de raça, e/ou gênero e classe... No sentido de que, as vivências cotidianas de desigualdade entre homens e mulheres, quando falamos em gênero, podem não dar conta da complexidade que existe entre esse meio, já que, a discriminação de gênero não é igual de mulher para mulher, ou melhor, de mulher negra a mulher não negra, ou de uma mulher negra imigrante de uma mulher branca não imigrante.

Crenshaw (2004) demarca que há situações de desigualdade que apenas a mulher negra vivencia, assinalando uma dupla discriminação pois esta é desvalorizada em sentido de raça e gênero, já que se encontra subjugada à mulher branca e ao homem negro. E ela diz que, é fundamental

compreender esse mecanismo pois ele opera limitando as chances de sucesso das mulheres negras e o quão é difícil ser percebido pelas políticas públicas atuais, já que são questões de “minorias da minoria”.

As desigualdades de gênero, classe e cor não podem ser identificadas de forma excludente, não existe apenas uma desigualdade entre homens e mulheres [gênero] ou brancos e negros [cor], mas, desigualdades que atingem a todos de forma hierárquica, complexa e sobreposta. A interseccionalidade remete a relações que se sobrepõem e se combinam, de forma que, moldam certas estruturas que não podem ser compreendidas separadamente, pois vão abrigar a um novo mecanismo que só pode ser reconhecido pela constatação das discriminações mistas que ele representa.

"Isso é um produto de uma interseção. Há estereótipos de gênero que determinam quem é uma mulher boa e quem é uma mulher má. Há estereótipos de raça que pré-determinam que as mulheres afro-americanas serão categorizadas como mulheres más, a despeito do que fazem e de onde vivem" (CRENSHAW, 2004, pg. 13).

Nesse exemplo, Crenshaw faz transparecer o quão difícil é, sair de um certo lugar subjugado, pois suas raízes se ancoram por amplas áreas e segmentos, atravessando relações outras. Trazendo que, às vezes, uma questão de desvalorização pode não apenas estar associada a uma questão de gênero, mas como no caso do trabalho doméstico que é principalmente realizado por mulheres negras e pobres, estar nos remetendo à processos que se amarram a desvantagens triplas: de cor, de classe e de gênero. E que, portanto, não podem ser simplesmente desvinculadas pelo fato de que a mulher branca conseguiu certa igualdade perante aos homens, ou que ocupa melhores empregos e recebe melhores salários atualmente, já que aqui se perpassa uma relação de exploração tripla, onde não se vincula apenas ao fato de ser mulher, mas de ser mulher negra e pobre.

Pensar os atravessamentos de gênero, cor e classe de forma sobreposta e intrínseca, nos direciona para uma complexidade que pode

sublinhar a desvalorização do trabalho doméstico remunerado no Brasil, pode nos levar a compreender que, algumas desigualdades não se firmam apenas nas questões de “ser mulher”, mas em ser mulher, em ser negra e em ser pobre. Como destacado em Crenshaw, o cenário atuante da trabalhadora doméstica remunerada pode ser atingido por discriminações mistas e que só podem ser evidenciadas se estivermos cientes de que existem desvantagens específicas.

Dessa forma, refletindo com a autora, há situações de desigualdade que apenas a mulher negra vivencia e que, apenas ela pode se sentir vulnerável se comparada com uma mulher branca, por exemplo. Já que, a mulher negra tem muitas chances de sofrer dupla discriminação, pois esta é desvalorizada em gênero e cor, já que se encontra subjugada à mulher branca e ao homem negro. São situações de desvantagem que se engendram por aspectos múltiplos de uma vida. Situações de desvantagens que uma mulher negra e pobre passaria que uma mulher branca e pobre não. São discriminações específicas e que só são sentidas na pele de quem as sofre cotidianamente. Discriminações que podem justificar o número alto de mulheres com baixa escolaridade e negras nesse campo do trabalho. Como relata a autora, as desvantagens se misturam e se amplificam por somas de interseções de raça, gênero e lugar social numa sociedade historicamente racista e patriarcal que atualiza suas formas de controle.

Henriques (2017) discute o trabalho doméstico remunerado como porta de entrada para mulheres negras no mercado, e às vezes, a única porta. O que esse dado quer nos dizer acerca do lugar que a subjetividade negra se apresenta para nós? Sobre o baixo índice de escolaridade dessa população pobre que majoritariamente ocupa os empregos desvalorizados? Certamente, refletir sobre a manutenção da hierarquia branca e burguesa na perpetuação de ideais escravocratas e na domesticização de certos corpos se faz interessante para nosso ponto de vista. Se algo se mantém por gerações, significa que seu mecanismo de funcionamento se atualiza constantemente e isso interessa a alguma parte.

Existe uma dual relação entre a emancipação feminina e seu estado de exploração, onde, os mecanismos de poder continuam a perpetuar tais situações de desigualdade à visão de seu contrário: de que a mulher atingiu a igualdade. Não é diferente para a luta antirracista, onde, em séculos de escravidão ignorada por certa parcela, atualizam-se a desvalorização de corpos negros e continuam a direcioná-los lugares subalternos e marginalizados, responsabilizando os próprios sujeitos descontextualizando-os da violenta história brasileira.

### **3.3 Trabalho e subjetividade**

No estudo aprofundado do psiquiatra Le Guillant sobre as psicopatologias das empregadas domésticas na França, o autor escreveu sua análise sobre o que encontrou em seu contato com mais de 300 empregadas domésticas. Sua análise se deparou, principalmente com sentimentos de ressentimento por uma condição a qual chamou “condição de empregada doméstica”. Nessa parte do texto, iremos nos deparar com as ideias do autor sobre a condição da trabalhadora, os sentimentos mais comuns em seus cotidianos e se aproximar do que ele chama de “ressentimento” no campo do trabalho doméstico.

De início, ele situa a condição da trabalhadora defronte de um jogo de ‘dominação e servidão’ e isso é imprescindível para a compreensão dos “sintomas” que elas apresentam, pois, grande parte do que sentem, contém resquícios dessa relação desproporcional. Nesse jogo, Le Guillant (p.249) percebe uma certa “inferioridade congênita” que assimila até com uma certa “neurose do fracasso” (p.249). Em outras palavras, notou uma familiaridade das trabalhadoras com uma certa percepção de lugar desvalorizado, como se, o trabalho de doméstica, para algumas, remetesse a um certo lugar de desvalor, o qual faz todo o sentido com a afirmação que discorre em todo o texto: de uma relação desproporcional entre servo e dominador que estaria presente no contexto do trabalho doméstico e implicaria subjetivamente na trabalhadora.



Inicialmente ele traça os motivos mais comuns, que levavam essas mulheres para o labor do serviço doméstico, a maioria das causas se associavam a condições socioeconômicas, ele cita: “interferência das causas econômicas, sociais e psicológicas; penosas condições de existência; falta de trabalho; forte densidade demográfica; redução da necessidade de mão-de-obra por processos mecânicos; rendimento insuficiente; ausência de indústrias; supressão de atividades subsidiárias; nova mentalidade, etc.” (LE GUILLANT, 2007, p. 252).

“Uma vez mais, não pretendo fundamentar a psicopatologia de minhas empregadas domésticas unicamente em dados econômicos, mesmo que estes se encontrem fundamentalmente na origem de tudo; mas, na situação concreta das domésticas, tais dados estão associados, de uma forma estreita e indissolúvel, a seus aspectos psicológicos, refletindo-se neles” (LE GUILLANT, 2007, p. 252).

Como Le Guillant deixa claro, toda a leitura das psicopatologias encontradas nas trabalhadoras domésticas, de certa forma, estava associada em condições socioeconômicas. É a condição resultante de um labor que se depara frente a frente com a desigualdade financeira e social, onde existe alguém para “mandar” e outro alguém para “servir”, e essa condição de servir, geralmente, se associa internamente a uma ideia de desvalor, a qual ele chama de “inferioridade congênita” e/ou “neurose do fracasso”.

Na análise de sentimentos que ele faz da condição de empregada doméstica, ele encontra o “ressentimento”, embora, nem sempre claramente manifestado, e demonstrado individualmente, é o sentimento que apareceu em todas as entrevistas realizadas (p. 245). Cotidianamente pode não ser claramente perceptível, mas em sua análise, consistiu que é um sentimento latente, tendendo a permanecer sempre proibido, inconfessado e muitas vezes “combatido” pela semelhança com outros “maus pensamentos”;

outras vezes pode parecer inexistente pela cobertura que as regras morais proporcionam para a vida social. Geralmente nas sombras, esses sentimentos são evitados, escondidos e mascarados, para que não seja necessário lidar com os problemas de ressentimento e outros suscitados pela dominação e pela servidão (p. 257).

“Encontra-se também misturada com outros sentimentos que, pelo contrário, levam a jovem criada até os patrões, os filhos destes e o lar onde ela vive; por último, dirige-se igualmente, e às vezes de forma mais intensa não tanto as pessoas, mas a situação ou, exatamente, á "condição" de doméstica” (LE GUILLANT, 2007, p. 245).

Ele deixa claro que, seu estudo não se baseia nas mulheres individuais de sua pesquisa, mas, sim, na análise desse lugar de trabalho doméstico. É um lugar, portanto, que não deve ser generalizado, e, apenas pensado se levarmos em conta também todas as suas contextualizações. Diz também que, os sentimentos “negativos” que surgem não se remetem prioritariamente aos patrões ou demais moradores da casa, mas, à própria condição de doméstica que se torna foco de ressentimentos. “Em cada uma das circunstâncias e momentos, o ressentimento pode, também, suscitar contradições ou sentimentos de culpa, carregados de uma intensidade particular, suscetíveis de transtornar as mais vulneráveis ou as mais humilhadas” (p. 257).

“Em seguida, e no plano familiar, pareceu-nos que a humilhação, o sentimento de inferioridade, a dependência, a fadiga e alguns outros aspectos de sua condição põe à prova, de alguma forma, diretamente a doméstica; surpreende-me que, de forma tão generalizada, este aspecto das coisas seja ignorado” (LE GUILLANT, 2007, p. 276).

Citados acima, a humilhação, o sentimento de inferioridade, a dependência e a fadiga, estão majoritariamente presentes na condição de empregada doméstica. Entretanto, Le Guillant cita o ressentimento como a base destes sentimentos, numa ambivalência constante que visa esconder de si ou reprimir tais constatações, principalmente com relação ao sentimento de subordinação, e até certa exclusão/solidão do contexto familiar inserido.

"Pertencemos a todas as casas e estas podem fechar-nos as portas; pertencemos a todas as famílias e estas podem rejeitar-nos. Criamos as crianças como se fossem nossas e, ao terminarmos sua criação, elas deixam de reconhecer-nos como mães; [...] O patrão morre e não temos direito de pôr luto. Parentes sem parentesco, familiares sem família, filhas sem mãe, mãe sem filhos, corações que se doam sem ser recebidos, essa é a sorte das criadas" (LE GUILLANT, 2007, p. 264).

Esse trecho foi retirado de uma das entrevistas realizadas por ele, citadas em seu texto. Trago-a para ilustrar o tão citado "ressentimento", que aparece de forma tão palpável neste discurso.

Ao término de suas análises, Le Guillant encerra seu texto, trazendo novamente a dualidade constante da relação a respeito da condição e da psicopatologia das empregadas domésticas, que revelou uma "psicologia", embora conhecida e, até mesmo, familiar: da dominação e da servidão' (p. 280). E o quão difícil é resgatar uma única resposta sobre tal labor, já que não pode ser compreendido deslocado de seu contexto. O campo do trabalho é vasto, e, as premissas propostas não devem ser compreendidas como verdades imutáveis e absolutas.

Percebemos com Le Guillant algumas contribuições que surgiram ao analisar as psicopatologias, na pergunta central sobre o que as patologias desse labor poderiam demonstrar sobre as condições de trabalho e

subjetividade dessas mulheres. Entretanto, Dejours (2004) nos faz pensar no campo do trabalho por outro olhar, que descentraliza a patologia e se questiona sobre a “normalidade”, na pergunta de como se mantêm “sãs” as pessoas em condições de trabalho tão precárias?

Como dito inicialmente, a psicodinâmica do trabalho também nos guia em nosso enredo, seria esta, portanto, uma corrente teórica que se distingue das outras por sua visão mais clínica do trabalho. Possui bases na psicanálise freudiana, principalmente nas primeiras tópicas psicanalíticas, e na teoria social. Sua visão no estudo da relação do trabalho com a saúde mental, perpassa então, por nuances entre a subjetividade e o trabalho, com o intuito da descrição e conhecimento desses processos (DEJOURS, 2004).

Sendo assim, nessa leitura, Dejours (2004, p. 27) nos afirma que o trabalho seria aquilo que implicaria, logicamente, o fato de trabalhar; este englobaria capacidades humanas de agir no mundo como “gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de agir às situações”. Nesse sentido, o trabalho se dissocia de uma imagem direta entre relação salarial ou emprego, ou, trabalho como uma atividade natural e “desimplicada de fatores humanos”, mas ganha uma outra noção, a noção de que o trabalho é um certo “modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais)” (p. 28), onde o trabalho é uma ação humana no mundo, que não pode ser pensada por um olhar que exclui a subjetividade humana de suas ações. É um trabalho vivo que implica o poder de sentir, pensar, resistir, fissurar, inventar (FERREIRA, 2016).

“O real do trabalho sempre se manifesta afetivamente para o sujeito, aí se estabelece uma relação primordial de sofrimento, experimentada pelo sujeito, corporificada” (DEJOURS, 2004, p.27).

A afetividade é parte fundamental da existência humana. O humano é estruturado por um corpo biológico, mas que em sua construção de cerne cultural e simbólico, passa a ser habitado por um corpo para além do bio e do objetivo; que é afetivo e que é afetado, conscientemente ou não, por todas as experiências que lhe chegam. É um “segundo corpo” que se constitui a partir do corpo biológico, que Dejours assinala como corpo erógeno, no sentido de ser um corpo ocupado e atravessado por energia libidinal, dito com outras palavras, é um corpo que não contém apenas moléculas e sistemas mecânicos, mas, que é ocupado por uma energia vital que o torna algo além do material.

“Ao segundo corpo, a este corpo subjetivo que se constitui a partir do corpo biológico, dá-se, em psicanálise, o nome de corpo erógeno. E é exatamente este corpo resultante da experiência mais íntima de si e da relação com o outro que é convocado no trabalhar” (DEJOURS, 2004, p.29).

Logo, na ação do trabalho, o que está ali é, este sujeito, que tem suas prescrições formais e informais perante o trabalho, possui seus aprendizados de ofício e aprendizados da vida, que possui vínculos afetivos e emoções, sentimentos e sensações, lembranças e sentidos, afetado por humores e ambientes, incluído coletiva e individualmente em instâncias sociais. Devido a isso, teremos compreendido que “o trabalho não é, como se acredita frequentemente, limitado ao tempo físico efetivamente passado na oficina ou no escritório. O trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho; ele mobiliza a personalidade por completo” (p. 30). Portanto, é fundamental, quando pensa-se em conhecer o trabalho que, o fator humano e seus atravessamentos [biológicos, subjetivos e sociais] também estejam imbricados. Considerar a influência de todos os âmbitos do viver em sua relação com o trabalho na proposta de sua análise, é o caminho mais proporcional à sua complexidade.

#### 4. METODOLOGIA

Além desse aprofundamento teórico, realizou-se uma revisão da literatura científica acerca do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Com vistas a uma discussão sobre os atravessamentos dessas relações sociais e de trabalho na subjetividade de mulheres que exercem atividades domésticas remuneradas, fez-se um levantamento de artigos de apresentação de resultados de pesquisas empíricas que privilegiavam a fala de trabalhadoras domésticas por meio de entrevistas presenciais e análise dos discursos das trabalhadoras sobre seus cotidianos no trabalho. O critério de escolha dos artigos foi a abordagem qualitativa das experiências e vivências no trabalho remunerado de mulheres no espaço doméstico no Brasil, trazendo a percepção subjetiva das trabalhadoras frente ao seu exercício laboral. Foram acessadas as seguintes bases de dados: Lectio, ABNTColeção, EbookCentral, EBSChost, Periódicos Capes, ScieloBR.

Em suas ferramentas de busca, procuramos pelas seguintes palavras, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2018: “subjetividade+trabalho doméstico remunerado; percepções+trabalho doméstico remunerado; cotidiano+trabalho doméstico remunerado; entrevista+trabalho doméstico remunerado; trabalho doméstico remunerado”.

Na base Lectio, foram encontradas 4 contribuições a partir das palavras “trabalho doméstico remunerado. Nas bases ABNTColeção, EbookCentral, EBSCOhost, foram encontradas 0 contribuições em todas as palavras pesquisadas.

Na base de dados Periódicos Capes foi encontrada 1 contribuição em “subjetividade+trabalho doméstico remunerado” (sendo trabalho doméstico remunerado pesquisado de forma exata em todas as buscas). Nas buscas “percepções+trabalho doméstico remunerado”, encontramos 3 artigos. Nas buscas “cotidiano+trabalho doméstico remunerado”, encontramos 6 artigos. Nas buscas “entrevista+trabalho doméstico remunerado”, encontramos 3 artigos. Nas buscas “trabalho doméstico remunerado”, retornaram 41 artigos. Totalizando nessa base de dados, 54 artigos retornados.

Na base SciELObr foi encontrada 1 contribuição em “subjetividade+trabalho doméstico remunerado”. Na busca “percepções+trabalho doméstico remunerado” foram encontrados 3 artigos. Nas buscas “cotidiano+trabalho doméstico remunerado” e “entrevista+trabalho doméstico remunerado”, encontramos 0 artigos. Na busca por “trabalho doméstico remunerado” foram encontrados 21 artigos. Totalizando nessa base de dados, 25 retornos.

Houve um filtro posterior que se baseou na leitura dos títulos e resumos, onde procurou identificar se nestes 70 artigos recomendados havia alguma contribuição qualitativa sob nossos critérios. O critério de inclusão foi artigos que apresentassem relatos de profissionais do trabalho doméstico remunerado em cidades do Brasil, assim como artigos em português de relato pessoal sobre o trabalho doméstico remunerado de diaristas, mensalistas e trabalhadoras domésticas contratadas que realizaram esse exercício em algum momento de suas vidas. O resultado final da busca foi de sete artigos.

A decisão de recorte se baseou na premissa de que nosso trabalho se ancora em dar visibilidade ao discurso subjetivo das trabalhadoras domésticas, em trazer as análises realizadas pelas suas falas durante entrevistas presenciais, pois acreditamos que pelo discurso delas podemos nos aproximar do real desse trabalho.

## 5. ANÁLISES DOS RELATOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Nesse capítulo, traremos as análises dos autores dos artigos selecionados (COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013) (COUTINHO, MADERS, WESTRUPP, D'AVILA, 2018) (FREITAS, J. B., 2010) (MACEDO, 2015) (PEREZ, 2017) (SILVA, 2017) (SILVA, ARAÚJO, MOREIRA e BARROS, 2017) que realizaram entrevistas presenciais com mulheres que desempenharam em algum momento de suas vidas o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Ao todo, os autores realizaram 43 entrevistas com mulheres brasileiras de classe social baixa. A ênfase dada por eles era suas experiências de trabalho, vivências cotidianas e sentimentos que pudessem ter com relação ao trabalho ou com as pessoas presentes no trabalho (contratantes, filhos dos contratantes).

Sendo assim, traremos os resultados dessas pesquisas e suas análises, assim como trechos das entrevistas realizadas por eles. Ressaltaremos os aspectos em comum encontrados nas reflexões que os autores fizeram a partir das entrevistas com as trabalhadoras, buscando evidenciar as percepções subjetivas mais recorrentes neste labor. Com o propósito de organização das análises, dividimos esses conteúdos em quatro grandes categorias: (a) a percepção com relação à atividade, ao exercício do trabalho realizado, onde surgem indícios da atividade real desse trabalho, em como esta atividade se apresenta para elas cotidianamente; (b) a percepção do trabalho com relação ao outro, onde apontam-se sentimentos e emoções que possuem ligação com o trabalho, mas principalmente com relação à percepção do trabalho em relação ao outro; (c) a percepção com a condição de ser trabalhadora doméstica, o que representa para elas, estar enquadrado nessa forma de trabalho, ser uma trabalhadora doméstica; e por último, (d) a percepção com a flexibilidade do campo, com as diferentes formas de se enquadrar no campo do trabalho doméstico (diaristas, mensalistas, contratadas e residentes).



A base de nossas discussões foram as análises dos autores a partir das entrevistas presenciais que realizaram, cada um com sua abordagem teórica e recortes em determinadas relações sociais. Para maior aprofundamento das análises realizadas por eles, propomos a consulta aos artigos, pois cada autor possui sua leitura das entrevistas. Nossa contribuição à discussão do tema se deu pela mobilização do referencial teórico adotado nessa monografia na discussão dos materiais empíricos.

### **5.1 Relatos com relação à atividade**

A desvalorização do trabalho realizado por elas foi um elemento bem destacado por Coutinho e colaboradores, (2018) e Silva e colaboradores(2017) sobre as falas das trabalhadoras domésticas entrevistadas. Vários aspectos são assinalados, principalmente a falta de benefícios sociais e com relação ao intenso trabalho que realizam e sobre o fato de ser um trabalho desgastante e que não tem a valorização financeira adequada. Ressaltam depoimentos que indicam que, além dos serviços serem muito cansativos, os integrantes da casa costumam não “manter a organização” ou a limpeza e solicitam a realização de atividades que não seriam de sua função. Destaca-se a associação que indicam fazer dessas profissionais a uma figura de “serventia” enquanto presentes, tendo a “obrigação” de realizar tudo o que tiver que ser feito, evocando uma atividade que nunca se termina, pois existe sempre alguém recorrendo a elas.

“Todo dia quase mesma coisa. Nunca muda. Serviço doméstico não muda. Mas é bem isso que eu falei para vocês, não posso contar diferente, porque é todo dia a mesma coisa. Aí quando eu olho já são onze horas, a hora passou assim, daí eu vou correr para tomar um banho e dormir, e eu não vi a hora passar, trabalho tanto que não vejo a hora passar”  
(Entrevistada Fernanda em COUTINHO,

MADERS, WESTRUPP, D'AVILA, 2018, p. 17).

A percepção da rotina de trabalho parece ser marcada por um ciclo interminável de se fazer, desfazer e refazer. Logo, por ser um trabalho contínuo e em constante rotação, parece natural de serem desempenhadas por elas, e, como apontam Silva, Araújo, Moreira e Barros (2017) isso contribui para a invisibilidade tanto do trabalho quanto das trabalhadoras.

Os autores também evidenciam que, apesar de todas as mudanças na legislação e a limitação da jornada de trabalho, ainda é recorrente o discurso de que existe uma exploração permanente, devido à carga excessiva de trabalho e a vulnerabilidade da trabalhadora em negar alguns pedidos, como extensão da carga horária ou de realizar atividades não previstas.

“Eu trabalho por tempo, né, então para mim ter mais tempo eu acabo não comendo, às vezes eu não tomo nem água pra não ter que parar, entendeu?” (Entrevistada Diana em COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013 p. 1135).

Há nessas análises indicação de que a movimentação das casas costuma ser mais intensa quando seus membros estão presentes, pois solicitam sempre algum auxílio, “principalmente quando há crianças na casa, acumulando as novas tarefas às que já estavam previamente definidas, o que acelera o ritmo de trabalho e configura um esquema menos flexível de distribuição dos serviços” (COUTINHO et al, 2018, p. 16).

Segundo os autores, esses aspectos, evidenciam uma quantidade inúmera de afazeres e a percepção de constante serventia por parte das trabalhadoras, também aumenta o ciclo de trabalho, acentuando um prolongado trabalho emocional que se acentua pelo cansaço físico. O cansaço e a fadiga são inquestionáveis por todas ao final do dia, e a percepção é de uma carga de trabalho exacerbada, tanto pelas mensalistas ou diaristas. Entretanto, esse sentimento pode ser afastado. Houver relatos em

que o amor à família e o afeto pelo cuidado dos filhos (dos patrões) costuma se sobressair à percepção de trabalho infundável e cansativo, demonstrando o quão a subjetividade de cada uma influencia em sua realidade percebida no trabalho.

## **5.2 Relatos com relação ao outro**

Em suas análises dos discursos das empregadas domésticas, alguns autores (PEREZ, 2017; COUTINHO et al, 2018) apontam para uma ambiguidade de sentimentos com relação ao outro e ao trabalho. Segundo eles, essa ambiguidade configura certa complexidade com relação às emoções evocadas no cotidiano das trabalhadoras. Isto porque se trataria de um trabalho que requer muito mais do que a execução material dos afazeres, evidenciando demandas para além do contrato físico, que trafegam entre a constante disponibilidade, a relação de confiança por estar constantemente no âmbito familiar do contratante, e até sentimentos de amor, afeto e hostilidade ao outro.

As emoções assumem um papel central na convivência contínua e diária na residência em que trabalham, e cuidado com os membros da mesma, envolvem uma intensa aproximação e intimidade, a qual extrapola os limites das relações de trabalho, denotando assim, o caráter ambíguo das relações (COUTINHO et al, 2018).

Em um dos casos, foi identificado por Coutinho e colaboradores (2018) o quanto os sentimentos negativos e positivos se entrelaçavam no cotidiano. Esta reconhecia a humilhação, a invisibilidade e o peso negativo do trabalho doméstico, e isso a fazia refletir se valia a pena estar ali ou não. Por outro lado, também havia emoções vividas positivamente, principalmente com relação ao cuidado das crianças na casa, que era o que a fazia continuar.

“Ah como é que eu vou te dizer, é gostoso, eu gosto de todo mundo na casa, eu amo a pequeninha, eu criei ela desde bebezinha, adoro ela... ela também me adora, então é um amor, sinto assim uma paixão por ela.” (Entrevistada

Fernanda em COUTINHO, MADERS, WESTRUPP, D'AVILA, 2018, p. 22).

Outras trabalhadoras falavam do cansaço do trabalho, mas, o mais notável em suas falas, era a valorização e a relação de confiança que tinha com seus chefes. Sentia-se reconhecida por eles, e isso, as animava em continuar. Entretanto, o oposto também ocorria, quando se sentiam desvalorizadas pela invisibilidade do cansaço que sentiam.

“É que tu limpa e às vezes tu acha que a pessoa vai lá e não dá valor aquela limpeza que tu fez, dai eu fico chateada, eu discuto isso, que eu acho que se tu passou tanto tempo pra limpar e a pessoa vai lá e suja, isso é ruim, não te deu valor aquilo que tu deixou o quarto brilhando, isso que eu fico chateada” (Entrevistada Fernanda em COUTINHO, MADERS, WESTRUPP, D'AVILA, 2018, p. 21).

Ressaltam-se as ambiguidades na vivência dessas trabalhadoras: o teor negativo se ancorava principalmente no fato de ser um trabalho extremamente desgastante e intenso, desvalorizado socialmente e muito descartável, no sentido de que, se não há a possibilidade de ir por adoecimento, outra pessoa o fará. Mas, o fator positivo se encontrava no fato de que era uma atividade dentro do ramo que possuía mais valor remunerativo, e também estava associado a uma ideia de liberdade dos modos de trabalhar, podia-se escolher os dias para realiza-lo o que tornava mais flexível outros compromissos na agenda da trabalhadora (COUTINHO et al, 2013).

Num dos casos, indicam os autores, a relação com o contratante era tão tênue que a trabalhadora sentia-se em constante ambiguidade afetiva. Pois, havia uma distância social muito grande, e a patroa estava auxiliando o pagamento do curso técnico da trabalhadora, cobrindo parte dos gastos, o que estreitava ainda mais a relação de trabalho e a relação pessoal. Ficando

difícil distinguir claramente estas relações. Em que, a afetividade envolvida não resultava em um trabalho mais humanizado, mas sim numa notável exploração psicológica, principalmente com relação ao “abandono” da trabalhadora em ser doméstica ao concluir o curso, que era constantemente ressaltado pela contratante (COUTINHO et al, 2013).

“A convivência diária entre domésticas e patrões, imbuída de intensas e contínuas trocas, e construída no sentido de colocar a doméstica sob tutela paternalista, acaba por criar vínculos de afetividade, porém, demarcados por clara subordinação e diferenciação de espaços: a trabalhadora doméstica pode ser considerada “quase da família”, mas nunca poderá usufruir dos mesmos espaços que a família; seu lugar é na cozinha, no ‘quartinho’ minúsculo, no banheiro segregado” (PEREZ, 2017, p. 9).

Essa afirmação de Perez (2017) nos remonta a grande questão que as trabalhadoras trazem em suas falas com relação aos contratantes. O discurso comum de “como se fossem da família” não corresponde à realidade. Por mais que as relações possam ser extremamente positivas e confiáveis, os relatos indicam a prevalência do sentido de “serventia constante”, onde, as noções de trabalho e amizade, por fim, tendem a representar as determinantes diferenças de classe. De acordo com Kofes (2001, apud. SILVA et al, 2017, p. 12), ser nomeada como “membro da família” é uma expressão que não soa como real para as domésticas. Trata-se apenas de um artifício ou uma estratégia ideológica, da parte da patroa, obrigada a aceitar uma estranha que vai compartilhar, em certos aspectos, a vida da família.

Ainda sobre a ambiguidade na relação com o outro, Perez (2017) indica existirem muitas questões afetivas e de gratidão, que se ancoram de forma positiva para a permanência no trabalho. Por outro lado, atitudes negativas como a grosseria, falta de respeito, humilhações, excesso de

cobrança, interferência dos patrões no trabalho, costumam se traduzir em motivos que a trabalhadora prefere deixar o labor.

Essa afetividade do cotidiano é fortemente associada ao imaginário e às práticas do trabalho para grande parte das trabalhadoras, pois, como percebemos em Coutinho, Borges, Graf, e Silva (2013), algumas trabalhadoras que passaram a vida como mensalistas, migraram para diaristas, pelo fato de vivenciarem experiências ruins de injustiças, humilhações e situações desfavoráveis, o que as fizeram atribuir significação negativa ao estabelecimento de relações afetivas mais próximas com os contratantes. E mesmo quando continuaram como mensalistas, as relações com seus chefes tendiam a ser representadas com maior distância emocional.

Silva e colaboradores (2017) argumentam que a própria condição de ser empregada doméstica é um elemento que atravessa o processo de subjetivação, numa constante tensão entre a afirmação como sujeito autônomo e de direitos, e a submissão ao poder dos patrões e sentimentos de menos valia pela atividade laboral desvalorizada.

“A pouca importância dessas tarefas, assim como o estigma que possuem, fruto de um sentimento de repugnância validado socialmente, parecem atacar diretamente a figura da própria trabalhadora, que, mais cedo ou mais tarde, passa a ser vista como degradada, do mesmo modo que as tarefas que desempenha” (FREITAS, 2010, p. 206).

A maioria das análises indicam que o trabalho de empregada doméstica tem impactos negativos na subjetividade, e que isso pode se demonstrar como as próprias percebem sua existência. No labor desvalorizado, parte disso também se envereda na percepção subjetiva de serem também desvalorizadas. A própria construção de identidade, através do trabalho, se confunde com o sentimento de vulnerabilidade social, econômica e profissional. Entretanto, nas narrativas também se percebem

que existe uma potencialidade reflexiva sobre suas condições; tanto é que, muitas exercem sua capacidade normativa e se demitem, iniciando o trabalho em outras residências, com melhores condições de reconhecimento. E mesmo quando permanecem no trabalho, tendem a se apegar aos fatores positivos desta relação, principalmente a afeição pelas crianças da casa.

O sentimento de humilhação se faz visível na rede de condições que designam a condição da trabalhadora doméstica: a linguagem que deve usar na casa, as roupas que deve vestir, o quarto que deve dormir, a porta dos fundos que deve usar; além das relações de submissão e serventia constante ao outro. Para Freitas (2010, p.6) “o ressentimento, e a humilhação constituem o dado primeiro da existência concreta das empregadas domésticas”.

“Eu me lembro sim da raiva, ressentimento e humilhação que eu sentia quando me ajoelhava para esfregar a toaleta de outras pessoas, enquanto eles me passavam, passo a passo, instruções de limpeza” (Mary Romero em FREITAS, 2010, p. 100).

“A humilhação é parte de patrão esconder comida, pra empregada doméstica ter que levar comida de casa, porque ela não pode comer na casa. Tudo que faz tem que ser com luva, com máscara. Porque eles acham que porque é empregada doméstica ela é contaminada. Ela vai pegar alguma doença, né?” (Dona Marisa em FREITAS, 2010, p. 122).

“Então, isso aí eu acho muita humilhação. Você entendeu? Eu acho assim, se você é doméstica, cê foi lá, limpou, viu que tá limpinho, conservar. Não custa conservar. O ruim de ser doméstica é isso: que você faz, faz, faz, faz, mas quem tá por trás de você

mandando não respeita o seu serviço” (Rosa em FREITAS, 2010, p. 125).

Na maioria dos depoimentos, principalmente em Freitas (2010) e Silva e colaboradores (2017) há referência a ressentimentos e sentimentos de humilhação na relação com os patrões e membros da família. E isso é demonstrado em relatos de situações desagradáveis, assim como em indicações sobre a distância social existente entre as trabalhadoras e seus chefes.

Le Guillant traz uma reflexão acerca do ressentimento e humilhação presentes na subjetividade da trabalhadora doméstica e não o surpreende que o perfil de trabalhadoras seja os das camadas mais socialmente vulneráveis (tais como estrangeiras, da raça negra e pobres), pois isso parece ser importante para a manutenção do status de conflito que ele notou entre dominante e servo ao estudar acerca das trabalhadoras domésticas na França. As vivências do campo do trabalho doméstico remunerado, praticadas por trabalhadoras e patrões (patroas), possuem um elenco bem estruturado e ao estudar esses lugares e espaços, parece ficar mais evidente a forte questão social indicada e um suposto motivo pelo qual ressentimento e humilhação se fazem presentes. Para Freitas (2010) é preciso que exista uma distância entre as trabalhadoras e seus contratantes, isso se deve, pois, as desigualdades se ancoram em diferentes níveis e se enraíza no gênero, classe e raça, que se expressam cotidianamente em gestos, palavras e atitudes e que fundam esse campo desigual.

Interessante ressaltar que alguns mecanismos foram encontrados para lidar com essas situações desagradáveis no trabalho, como, por exemplo, o distanciamento emocional com contratantes, na justificativa que a distância emocional tendia a amenizar o número de pedidos e estabelecer uma relação mais formal e prescrita. A aproximação das crianças da casa para lidar com o lado negativo do labor, já que o amor e afeto que as crianças forneciam funcionava como um sustento emocional para as trabalhadoras. Mudar de profissão ou mudar de escala também funcionava como forma de evitar essas situações.



### 5.3 Relatos sobre a condição de ser doméstica

De acordo com Freitas (2010) situações de humilhação e conflitos frequentemente ocorrem no cotidiano das trabalhadoras e seus contratantes. O autor nota que, por vezes, o rótulo de “doméstica” é suficiente para gerar desconforto nas trabalhadoras. “Talvez por isso, até pouco tempo atrás era muito comum ouvir empregadoras referirem-se às suas contratadas como sendo as “secretárias do lar” (FREITAS, 2010, p.106).

“Porque você trabalhar de doméstica, você tem que ficar sujeito, né? Você tem que fazer e tem que fazer. Às vezes você deixa de fazer na sua casa, né, pra ter que fazer na casa dos outro, né? E tem que ser muito bem feito. E nem sempre a gente consegue agradar” (Rosa em FREITAS, 2010, p. 95).

Também em Macedo (2015) fica evidente o sentimento de humilhação, mas nesse caso, sua análise se direciona para uma certa resiliência e, até uma resistência, na defesa do próprio trabalho.

“Aí eu disse que eu limpava a casa dos patrões e depois a minha. E ela disse: ‘ai, não sei como você aguenta, eu é que não prestava pra limpar banheiro dos outros, é uma humilhação’, eu falei: ‘humilhação é você roubar, ser presa e ficar pedindo pra parente ir te levar as coisas. Isso é que é humilhação. A minha mão também tá com calo, mas eu pelo menos tenho comida, tenho minha casa, tenho saúde, tenho até um carrinho zero agora!’ Isso é o que interessa, não é?” (Ana em MACEDO, 2015 p. 199).

Existe uma considerável distância entre as trabalhadoras e seus contratantes, isso se deve, pois, as desigualdades se ancoram em diferentes

níveis e se enraíza no gênero, classe e raça, que se expressam cotidianamente em gestos, palavras e atitudes e que fundam esse campo desigual. As situações de humilhação no trabalho doméstico, são frutos de atos que indicam essa desigualdade extrema. Freitas (2010) indica que, quanto maior é perceptível essa distância social, mais comum é a sensação de humilhação no trabalho. “Em outras palavras, quando as primeiras veem muita distância social, passam a ver, também, humilhação” (p. 205).

“Por exemplo, lavar banheiro dos outros. Isso aí é ... catar lixo dos outro, entendeu? Então têm pessoas que eles não respeitam você, doméstica. E acha que você é doméstica, vai lá, suja e deixa do jeito que tá e você tem a obrigação, entendeu? Então, nesse sentido. Nesse sentido é ruim. Porque às vezes muitos fazem de propósito. Vai lá, faz aquela bagunça no banheiro. Fala assim: ‘a empregada tá aí’. Então, nesse sentido é ruim. Eu acho muito ruim” (Rosa em FREITAS, 2010, p. 98).

Silva (2017, p. 226) assinala que, “esse ato perpetua a estrutura da divisão sexual do trabalho doméstico, pois mesmo não sendo uma esposa, mãe, ‘dona de casa’, responsável pela manutenção domiciliar, essa obrigação fica a cargo de outra mulher, marcada por um perfil que atende aos indicadores sociais de classe e raça.”. E, de acordo com outras leituras, essa mulher negra e pobre, também sente a discriminação dupla, pois, são, muitas vezes incluídas nesse lugar desvalorizado por conta da cor de sua pele e classe.

“Eu afirmo, com particular referência à função de *caring* do trabalho doméstico, que é a personalidade da trabalhadora, em vez de sua força de trabalho, que o empregador está tentando comprar, e que a trabalhadora é, assim, lançada como desigual nesta troca. Isto é

importante para o nosso entendimento da “escravidão” do emprego doméstico, e ajuda a explicar porque ele é tão frequentemente desempenhado por grupos racializados, quer cidadãos do estado em que estão trabalhando ou trabalhadores migrantes” (FREITAS, 2010, p. 200).

Freitas (2010) continua dizendo que, a trabalhadora doméstica, mesmo quando desempenha as mesmas tarefas como esposa/filha/mãe é diferente construída em seu labor. Pois, seja ela “da limpeza”, “babá” ou “serva” está preenchendo um papel, e é crucial que este papel reproduza o status da sua empregadora (de classe média, não-trabalhadora, limpa) em contraste consigo mesma (trabalhadora, degradada e suja). O autor enfatiza, que, nessa observação é possível constatar que, quanto mais as domésticas forem lembradas que são domésticas, maiores as chances de que se sintam humilhadas. O que, pode nos remontar que, talvez seja banal de que o trabalho doméstico carregue consigo situações de humilhação (FREITAS, 2010, p. 207).

Sorato (2006, apud. COUTINHO et al, 2018) argumenta que, a herança escravocrata é bastante reforçada dentro dos contextos privados do trabalho doméstico e em como isso é perceptível em decorrência da “combinação da atividade e do modo como as pessoas se relacionam com as atividades domésticas” (p. 234), o que implica sempre numa disponibilidade constante ao outro e subordinado às urgências e vontades do outro durante todo o tempo.

É claro que, a condição de ser doméstica pode ser compreendida por outros olhos por outras trabalhadoras, dentro de outros contextos, até porquê, nem sempre as contratantes possuem um nível tão discrepante socialmente com relação as trabalhadoras. Mas, neste trabalho, onde houve essa diferença de status entre a trabalhadora e o empregador, há indicação de que essa relação é permeada sim por uma distância social muito grande e que se reflete na própria percepção subjetiva da trabalhadora com relação ao seu trabalho.

Em alguns dados revisados neste trabalho, foi possível perceber que é uma luta constante entre o empoderamento e o lugar de serventia ao outro. É uma subjetividade demarcada constantemente pela percepção interna e externa, da autoestima e valoração do outro, do conflito existente entre ‘o que sou’ e a condição de doméstica. Como dito anteriormente, a violência simbólica se ancora, por meio de uma rede de representações, percepções e papéis, como parte duradoura da conduta e personalidade. Onde, o que está em jogo e que é fundamental, é o que o mundo externo determina para esse sujeito, cabendo a ele, lidar com as representações que o margeiam pois estas são tidas como naturais e “normais”. Nesse jogo de conflitos e ambivalências, entre o que devo fazer e o que querem que eu faça, entre estar cansada e ainda ter de se disponibilizar para a constante serventia ao outro, vive-se um conflito interno interminável, em que a nível intersubjetivo se alocam os sentimentos negativos, os ressentimentos, as culpabilizações e mecanismos de defesa que, como Le Guillant bem nos lembra, não se remetem diretamente aos padrões ou demais inquilinos, mas, à própria condição de doméstica e a posição num lugar de servidão constante. E mesmo em situações onde havia sentimentos positivos e grande afeto, ainda se percebe um sentido geral de “serventia constante”, onde, as noções de trabalho e amizade também tendem a representar as determinantes diferenças de classe, no final.

#### **5.4 Relatos sobre a flexibilidade do campo**

O trabalho doméstico remunerado possui estruturas diferentes em sua atividade conformando um campo heterogêneo e flexível, com relação principalmente ao tipo de vínculo (formal e informal), a jornada de trabalho e a relação contratual com o empregador. Nesse sentido, podemos definir, para nossa necessidade, o trabalho de diarista e mensalista, de acordo com Coutinho et al (2013):

“De um lado, as empregadas domésticas que vivem no local de trabalho recebem salário

mensal, mais casa e comida: as mensalistas residentes. Há também aquelas que têm contrato mensal, mas que não residem no local de trabalho, embora nele trabalhem diariamente. Na outra ponta estão as diaristas, que não residem no local de trabalho e trabalham por conta própria em várias casas de família, recebendo por dia, semana ou mês” (COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013, p. 72).

Segundo os autores, as trabalhadoras trouxeram formas diferentes de perceber seus vínculos de trabalho. Determinando que, não existe uma forma melhor que a outra, mas, que a flexibilidade do campo funciona possibilitando encaixes em suas vidas para determinados períodos. Claro que, em cada vínculo existem os pós e contras, mas, que de forma geral, a flexibilidade do campo funciona de forma a retornar mais possibilidades de inserção no mercado.

“Mais liberdade, assim, de trabalhar, não tem aquele chefe te mandando, tem que fazer isso, fazer aquilo, né” (Entrevistada Melissa em COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013 p. 1135)

De acordo com Silva (2017) o que muda do trabalho de uma mensalista para a diarista se embasa na frequência e rendimento. Para as diaristas, a flexibilidade do trabalho é marcado pelos limites do corpo, espaço físico e saúde da trabalhadora. Mas a ausência de vínculo compensa a liberdade para suas escalas de trabalho. Entretanto, o trabalho de “extra” entendido como mais renda, também evidencia situações de precariedade das condições de trabalho. E ao mesmo tempo que traz novas possibilidades, também acentua as discrepâncias entre classes sociais (p. 224).

Por exemplo, a ocupação de faxineira (ou diarista) foi associada, para algumas, a uma ocupação com mais vantagens. O fator da remuneração

foi avaliado positivamente pela maioria, principalmente quando comparados aos salários de outras atividades que já haviam desempenhado em suas vidas. E não só, além da remuneração, existiria também a liberdade ou a flexibilidade entre escolher uma residência ou outra para atuar, já que, a diarista não possuiria vínculo formal tão rígido a ponto de poder escolher, em determinados momentos, qual seria o melhor trabalho para esta.

Já, para outras trabalhadoras, preferiam o trabalho formal de vínculo com apenas uma residência, pois, estar inserido em uma família trazia cotidianamente um valor benéfico ao seu trabalho, no aconchego de um lar, em conhecer e criar vínculos com a família, em já saber a rotina daquele lar e ser respeitada em suas funções diárias.

“Foi justamente o olhar para o cotidiano das diaristas que nos permitiu compreender sua capacidade de aproveitar as vantagens dessa ocupação para operar de modo astucioso e criativo (Certeau, 2009; Sato, 2011), ou seja, não atrelado somente a dificuldades, mas com possibilidades de criar enfrentamentos e prazeres em seu exercício, de modo a equilibrar as demandas de suas vidas” (COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013, p. 1136).

Em acordo com esse trecho, finalizo esse capítulo. Em grande parte das reflexões dos autores, as discussões nos levavam para trabalhadoras que, ao longo de suas jornadas, puderam demonstrar em suas narrativas, fatores subjetivos tais como a reflexão, defesa e criatividade em seu trabalho. Onde, existe uma percepção acerca das desigualdades, mas também existem formas de se defender desse constante enfrentamento com a desvalorização e invisibilidade, possibilitando novas formas de lidar com o trabalho e com as relações sociais, mas também, de criar novas possibilidades. Algumas trabalhadoras tiveram a possibilidade de migrar para outros trabalhos onde sentiam-se mais valorizadas, outras, migraram para outras escalas de

trabalho. E as que continuaram em seus respectivos ofícios, possuíam relações positivas e se ancoravam a elas para continuar seus exercícios.

O campo do trabalho é vasto, e, estas reflexões não devem ser compreendidas como verdade imutável e absoluta. No sentido de que, as vivências cotidianas são muito diferentes para cada um, e às vezes, estas tensões não são alocadas a nível consciente e explícito individualmente. A noção de trabalho que trazemos é um modo de engajamento da personalidade, uma ação humana no mundo que não exclui a singularidade de cada um. Nesse sentido, a percepção do real passa a ser subjetiva e podem possuir múltiplos e diferentes significados para cada trabalhador/trabalhadora.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo dar visibilidade ao campo do trabalho doméstico remunerado no Brasil, que trouxe uma revisão teórica sobre o tema, assim como um levantamento de estudos qualitativos acerca das vivências de trabalhadoras domésticas a partir de seus relatos .

Partindo da compreensão de uma sociedade culturalmente patriarcal, escravocrata e contemporaneamente desigual, nossos olhares permearam por questões da consubstancialidade e interseccionalidade das relações sociais de classe, raça e gênero por uma noção de desigualdades mistas e da subjetividade implicada no campo do trabalho. Nossos referenciais nos auxiliaram para contextualizar o vasto campo do trabalho doméstico remunerado no Brasil e entender certas especificidades presentes no campo. Tomando-o como uma atividade de implicação subjetiva e ativa com a realidade, mobilizamos esses conceitos para então nos aproximar das percepções subjetivas de trabalhadoras domésticas presentes nas entrevistas que foram analisadas por outros pesquisadores e o que pôde ser percebido em sua maioria por esses relatos.

O campo do trabalho doméstico remunerado se mostra como majoritariamente feminino, associado historicamente a um labor de baixa qualificação, extensas jornadas de trabalho e pouca formalização e remuneração. Comumente associado a um exercício que não se considera como “trabalho” evidenciando fortemente desvalorizações que se ancoram ao lugar de ‘ser mulher’, ‘ser negra’ e ‘pobre’ no Brasil. Demonstra ainda, carregar todo o peso do preconceito e da desvalorização que se mantiveram a favor de perpetuar a desigualdade de raça, gênero e classe no país.

Curiosamente, na revisão realizada pelas pesquisas empíricas, não foi possível encontrar autores que tratavam da interseccionalidade das relações e das discriminações que se somam em vários níveis. Os estudos evidenciam uma questão principalmente sobre gênero e classe, com poucas referências à questão racial e às desigualdades mistas. Não desconsideramos que majoritariamente o gênero ancora essas discussões, elucidamos,



portanto, que a análise pelo viés da interseccionalidade das relações pode contribuir para a ampliação do debate sobre o trabalho doméstico, e também para as questões acerca da luta racial e de classe no país, de forma interseccionada.

Foi importante refletirmos sobre o histórico de desigualdades entre gênero, classe e raça juntamente com os autores referenciados, pois eles nos trouxeram certas compreensões que não estão dadas diretamente nos discursos encontrados, mas que podem nos vislumbrar sobre um campo que foi afetado historicamente por um país que cultivou a escravidão e o preconceito sobre certos corpos. Uma dinâmica disposta pela hierarquia de poderes dentro desse exercício que pode passar despercebido se nossos olhos não se mantiverem dentro de uma reflexão entre “senhor e dominado” como Le Guillant nos aponta, e uma subjetividade implicada e ativa que se sobrepõe à atividade puramente mecânica nesse serviço como comumente podemos pensar.

Como segue Bourdieu (1996), as mudanças advêm nas crises que mantêm as estruturas de poder, e é necessário que existam transformações tanto nas estruturas objetivas do mundo quanto nas estruturas mentais. Percebe-se que a PEC das domésticas - e também outras políticas públicas de auxílio as classes mais vulneráveis-, e que todos os debates contemporâneos acerca do poder da mulher, do poder da negritude e da superação das classes pobres, têm servido de alicerce para questionamento de dogmas tão enraizados em nossa cultura. E isso foi perceptível nesse estudo, apareceram em questionamentos das trabalhadoras acerca de suas condições de vulnerabilidade, de papéis humilhantes que não devem mais realizar, de uma autoestima que supera o lugar que o outro a impôs, da percepção de melhoria de vida, de mudança de status, de sentimentos de possibilidades de transformação, seja para continuar no mesmo trabalho seja para investir em outro.

Interessante perceber que muitos relatos foram positivos e demonstraram grande afeto para este labor e para as experiências vividas, entretanto, poucas são as trabalhadoras, que com oportunidades melhores,

permaneceriam em seus empregos de doméstica. Seria hipocrisia admitir que a desvalorização deste, se mantém por um viés apenas econômico. O que está em jogo neste exercício é uma subjetividade exposta a todo o momento, designada à serventia. Pode parecer uma serventia “natural” para as mulheres, as pobres e as negras, como a história patriarcal e racista demonstrou pensar. Felizmente, hoje pode se falar em melhores possibilidades para essas mulheres e estas, principalmente as mais novas (em idade), já refletem sobre outras condições e situações no mercado de trabalho.

De forma alguma, nosso objetivo é julgar a relação das trabalhadoras com seus patrões, ou sugerir que todo o cotidiano do trabalho doméstico se apresenta conscientemente na dualidade entre ‘servo e senhor’, ou mesmo que o trabalho doméstico é um trabalho ‘que ninguém quer realizar’. É um trabalho importante para a sociedade, e nossas indagações vão de encontro a se pensar sobre motivo de sua desvalorização tão latente e visibilizar essas mulheres em nosso trabalho.

As condições e contextos se atualizam, outras relações afetivas surgem e com elas novas formas de perceber o trabalho, que podem não mais se encaixar na dialética entre “servo e senhor” ou se acoplar numa ponte hierárquica muito distante já que, o emprego doméstico atualmente não se direciona apenas às classes mais altas, onde a postura conservadora passa por um olhar mais duro da sociedade, onde o racismo é mais sutil, os preconceitos silenciados e a postura dos mais vulneráveis é de enfrentamento e resistência.

Nossa contribuição se ancora na visibilidade do contexto subjetivo dessas trabalhadoras, nas especificidades do campo do trabalho doméstico e nas reflexões que surgiram ao decorrer desse texto e nas possíveis contribuições teóricas que possam seguir de ‘sugestão’ para o caminho que é conhecer uma atividade. Algumas confirmações se demonstraram como um campo feminino, negro e pobre, e outras ainda estão a ser encaminhadas como novas percepções e formas diferentes de perceber o trabalho, outras perguntas que ainda não nos questionamos sobre ele.

Dentro disso, é importante dizer que a PEC das domésticas não supriu todas as necessidades da categoria, mas, demarca o início de um longo caminho para um labor mais justo e que efetive a garantia dos direitos dessas trabalhadoras. A resistência percebida e novas reflexões, também são o início de novas mudanças interpessoais e coletivas.

Por fim, queremos deixar claro que não existe simples consequência e causa, e que este trabalho abrange apenas um olhar recortado acerca da realidade do vasto campo do trabalho doméstico remunerado, de um recorte teórico, de vivências pessoais que refletem as mulheres que foram entrevistadas, subjetividades distintas e formas diferentes de perceber o mundo. Sugerimos, portanto, estudos que apontem para essas novas formas de resistência e resiliência que essas mulheres encontram ao decorrer de suas jornadas de trabalho, para as estratégias que criam, redes de companheirismo que formam, possibilidades de identificação e representatividade cotidiana, sentimentos de valorização e conquista, e principalmente, a possibilidade de falar por si mesmas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Sociologia) 327 p. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

ANDRADE, D. O. **Emenda Constitucional 72/2013 - A especificidade do trabalho doméstico e os limites protetivos da jornada de trabalho.** In: Dissertação pela Universidade de Brasília, julho, 2014.

APFELBAUM, E. **Dominação.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et. al. (Orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BARBOSA, L. C. **Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais.** In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais; Olhares diversos sobre a diferença, João Pessoa- PB, 2011.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**/Pierre Bourdieu, tradução Maria Helena Kühner – 2º edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASIRER, E. – **Ensaio Sobre o Homem. Uma Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana.** Ed: Martins Fontes, São Paulo. 1994.

CEFEMEA [Centro Feminista de Estudos e Assessoria], **Direitos das trabalhadoras domésticas: comentários sobre legislação atual, conquistas e lacunas.** In: Direitos das trabalhadoras domésticas/Publicações. Goiás-GO, 2007. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/direitosdastrabalhadorasdomesticas.pdf>

CHALHOUB, S. Trabalho, Lar, e Botequim: **O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque** – Editora UNICAMP, São Paulo-SP, 2001.

CORONEL, M. C. F. G, '**Mulheres domésticas' profissionais de segunda classe**.In: Revista de Direito, vol. 13, nº 17, São Paulo-SP, 2010 .

COUTINHO, M. C., MADERS, T. R., WESTRUPP M. B., D'AVILA, G. T. **História de uma trabalhadora doméstica**. In: Athenea Digital, Florianópolis-SC, v. 2, p. 1-27, 2018.

COUTINHO, M. C., BORGES, R. C., GRAF L. P., SILVA A. S. da. **“Todo dia uma casa diferente”**: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. In: Universitas Psychologica, Florianópolis-SC, v. 12, n. 4, p. 1125-1138, 2013.

CRENSHAW, K. W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem. p.7-16, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

CRUZ, J. C. da. **O trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdades**. In: Dissertação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/download/1632/1228>. Acessado em 15 de janeiro de 2019.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. In: Revista Produção. v. 14, n.3, p.027-034. Set/dez. 2004.

FARIA G. J. A. de, FERREIRA M. L. A. e COUTINHO, C. M. F. **“A condição para quem nasce negra e mulher é ser doméstica?”: desigualdade entre mulheres brancas e negras.** In: Revista PerCursos. Florianópolis-SC, v. 15, n. 28, p. 354 - 375. jan./jun. 2014.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho – São Paulo: Editora Elefante, 2014.

FERREIRA, C. D. S. **Mercado de trabalho como via de emancipação feminina? A divisão sexual do trabalho e as jornadas (ana)crônicas.** Dissertação: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, J. B. O. **Espelhos partidos têm muito mais luas: por uma o ética das formas-de-vida.** In: ECOS, Estudos contemporâneos da subjetividade, ano 7, volume 2, p.235-244. Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, J. B. O. **Sobrevivências, clandestinidades lampejos: o trabalho vivo da criação literária.** In: Revista Psicologia, v. 26, p.715-728, Rio de Janeiro, 2014.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. **Trabalho doméstico.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et. al. (Orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. **Movimentos feministas.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et. al. (Orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREITAS, J. B. de, **Desigualdades em distâncias: Gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico.** Dissertação: Universidade de São Paulo, 2010.

HENRIQUES, C S. **Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior.** In: O Social em Questão - Ano XX - nº 37, p. 153-172 (2017)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Séries Estatísticas & Séries Históricas**, Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016**, . Rio de Janeiro: IBGE 2016.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

KERGOAT, D. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho.** In: Lopes, M. J. M.; Meyer D. E. e Waldow, V. R. Gênero e Saúde. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, D. **Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et. al. (Orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LE GUILLANT, L. **Incidências psicopatológicas da condição de “empregada doméstica”.** Capítulo 4, p. 242-286. Tradução In: Lima, M. E. (2006). Escritos de Louis Le Guillant: Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes.

LOPES, M. S., **O feminino e o trabalho doméstico.** In: paradoxos da complexidade, Brasília-DF, p-81 a 93, 2011.

LOURO, G L. **Nas redes do conceito de gênero.** In: Lopes, M. J. M.; Meyer D. E. e Waldow, V. R. *Gênero e Saúde.* Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1996.

MACEDO, R. G. M. **Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex) empregada doméstica.** In: *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, São Paulo-SP, p. 184-207, 2015

MBEMBE, A. **Necropolítica.** In: *Revista do PPGAV/EBA/UFRJ n.32 – Arte e Ensaio*, p. 122-151, Rio de Janeiro: 2016.

MOLINIER, P. **O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento.** (Love and hate, the feminism black box? A critical of care ethics) In: *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

PAULA, M. V. **De escrava à empregada doméstica: O fenômeno da (in)visibilidade das mulheres negras.** In: *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa-PR, v. 3, n. 2, p. 155-164, ago/dez. 2012.

PEREZ, T. M. M - **Diaristas: Características e percepções do trabalho doméstico feito em diárias em Fortaleza.** In: *GT 33: Trabalho, trabalhadores e ação coletiva*, 41º Encontro anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2017.

OLIVEIRA, M. F. C. B. **A mídia e as mulheres: feminismos, representação e discurso.** 144p. Dissertação – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.



SANTOS, E. F. d, DIOGO, M. F., SHUCMAN, L. V. **Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça** – São Paulo, 2014.

SILVA, C. L. L., ARAÚJO J. N. G. de, MOREIRA, M. I. C. e BARROS, V. A. **O trabalho da empregada doméstica e seus impactos na subjetividade**. In: Psicologia em Revista, Belo Horizonte-MG, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017.

SILVA, D. F. da, LORETO, M. das D. S. de, BIFANO, A. C. S. **Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível**. In: Cadernos de Direito, Piracicaba, v.17, p. 409-438, 2017.

SILVA, W. A. B. da, **À MODA DA PATROA: o labor segundo o trabalho doméstico remunerado no Brasil**. In: Intratextos, Rio de Janeiro-RJ, v. 8, n.1, p.206-229, 2017.

SOUZA, F. F. de. **Reflexões sobre as relações entre a história do serviço doméstico e os estudos da pós-emancipação no Brasil**. In: Revista do programa de pós graduação em História pela UNB, Brasília - DF, vol. 4, n. 8, p. 131-154, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**, 2ª edição, Editora Revan. Rio de Janeiro, 2003.